

MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA

Padre Joaquim José da Rocha Espanca



Cadernos Culturais
da
Câmara Municipal
de
VILA VIÇOSA

Procurando recuperar aspectos da cultura tradicional alentejana e promovendo obras actuais, os cadernos culturais fornecerão aos leitores em geral e aos Calipolenses em particular um melhor conhecimento do contexto histórico e social da actual geração.

CAPA:

Fonte Pequena

CONTRACAPA:

Rua Luís Casadinho - Antiga Carreira das Nogueiras

MEMÓRIAS
DE
VILA VIÇOSA

NOTA IMPORTANTE

A presente publicação é cópia integral do texto do manuscrito de AS MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA, tendo-se unicamente procedido às actualizações ortográficas que as circunstâncias justificavam.

MEMÓRIAS

DE

VILA VIÇOSA

CAPITULO CXLII

Crónica do ano de 1880.

Estiagem. Uma freira de menos. Fim do sino grande de S. Paulo. Festas da Semana Santa. Aformoseamento da Estacada. Chuvas e frios excessivos na primavera. Obras no adro da Matriz e rua de Nossa Senhora. Desamortização de dois foros. Acontecimento da festa de Santo António da Paz nas Chagas. Colheita de cereais, legumes e uvas. Reunião de notáveis para exporem as necessidades mais urgentes do Concelho. Desordens na festa do Rosário. Pequeno concerto na Matriz pela Direcção das Obras Públicas do Reino. Aforamento de um pedaço de terra do Concelho ao cimo da rua da Freira. Colheita de azeitona e preço do azeite. Lagaretas novas. Nova medição da estrada distrital nº 106. Géneros depreciados. Novas matrizes prediais.

I

Entrou o ano de 1880 com uma grande estiagem que já lhe viera do precedente, soprando constante o vento do nordeste a que damos o nome de suão e castelhana, o qual suspendeu em 7 de Fevereiro depois de ter açoitado os campos dois meses contínuos. Sobrevieram então algumas chuvas que, em parte, remediaram os danos daquelle.

II

No mês de Janeiro faleceu no convento das Chagas a Madre Maria José Pereira de Macedo, natural desta vila, em quem já falei noutro lugar. Não descendia de troncos illustres nem ricos, mas de famílias honestas. Para entrar naquella convento dera-lhe o capitalista Manuel dos Santos Rosa o competente dote que ali era de 600\$000 réis (o que fez também a outras), enquanto que sua irmã Cândida entrou pela prenda de organista. Depois de ter estado muitos anos em Evora, principalmente no convento de Santa Clara, tornou para o seu de Vila Viçosa que recusara dar-lhe alimentos fora da própria

clausura - isto meia dúzia de anos antes da sua morte.

Ficaram, pois, existindo nas Chagas três Freiras somente, a saber: Ana Bárbara Xavier da Visitação, abadessa; Rafaela, imediata; Maria Carolina Augusta da Piedade, escritvã e última professa neste convento.

III

Em 15 de Fevereiro, ao toque das trindades da manhã, fendeu-se no Alandroal o sino grande do nosso convento de S. Paulo - aquele célebre sino que os Portuguezes saquearam em Barcarrota no ano de 1644, pertencendo então à paróquia de S. Tiago.

IV

Na semana santa sentiu-se a influência dos caprichos partidários no tocante à celebração dos divinos officios. Em S. Bartolomeu, cuja irmandade do Santíssimo constava principalmente de regeneradores, nada se fez de funções religiosas exceptuando unicamente a missa e exposição de quinta-feira de Endoenças e a procissão de sexta-feira. Porém, a sociedade recreativa *União Calipolense* da rua dos Fidalgos, composta de gente do mesmo partido, em vez do Lava-pés costumado, mandou distribuir um jantar a 200 pobres na dita quinta-feira.

Mas na Matriz, onde preponderavam os progressistas, fez-se o Lava-pés só pela razão de o não fazerem os regeneradores em S. Bartolomeu, quotizando - se alguns dos ditos progressistas para ocorrerem a tal despesa extraordinária.

Tudo o mais correu na forma do costume, havendo benção e distribuição dos Ramos na Matriz, exposição de quinta-feira de Endoenças nas duas freguesias, nos dois conventos de Religiosas, Misericórdia, Capela Real e Ordem Terceira, procissão de Bandeiras pela Irmandade da Misericórdia, matinas de sexta-feira, aleluias e procissão de Ressurreição na Matriz, enterro do Senhor na Ordem Terceira e a costumada grande procissão na sexta à noite saindo da Matriz, mas a expensas da irmandade do Santíssimo de S. Bartolomeu.

V

Em Março começou a Câmara o aformoseamento do largo público chamado Estacada ou Praça velha. Era isto um melhoramento cuja necessidade há muito se fazia sentir, visto que aquele terreno, sendo situado no meio da vila e muito sadio, carecia de aformosear-se quanto possível. Já em 1849 se tinha feito alguma coisa.

A Estacada compõe-se do assento da Praça velha e de muitas moradas de casas que foram derrubadas como dito é em 1663-65 para o alargamento das fortificações exteriores da cidadela e fabricação de uma estacada que cobrisse a entrada na almedina pelo Arco dos Remédios.

Em 1860 (pouco mais ou menos) deu a Câmara uns pedaços daquele terreno ao quintal da casa que está ao cimo da rua dos Gentis e ao fundador de um casão de carpintaria que se fez para a parte da rua do Espírito Santo.

Agora mandou a Câmara fabricar ao poente uma calçada abaulada, começando em frente da rua dos Caldeireiros e prossequindo obliquamente para o Arco dos Remédios, isto é, atravessando a Estacada. Ao inverso, principiou - se uma estrada macadamizada de cima abaixo com direcção à rua da Praça, devendo nalgum tempo seguir também para a direita até ao matadouro e curral do Concelho. O lanço fronteiro ao pelourinho ficou acabado neste ano.

Ao redor destas vias puseram renques de choupos, acácias e outras árvores de recreio que foram regadas no verão e por isso pegaram quase todas.

Do lado de cima da calçada primeiro referida construfu-se um parapeito ou socalco de pedra e cal com alguns cadeirões e arborizou-se o pequeno espaço compreendido entre ele e a via longitudinal de Mac-Adam.

Isto se principiou com os votos gerais dos sensatos para que a arborização continuasse de futuro num sítio de tanta passagem para a Matriz e que bem merece as honras de ser um dia Passeio Público da nossa terra.

VI

Na primavera, ao avesso do inverno, caíram chuvas constantes, mas não torrenciais, sendo prejudicial à agricultura mais o frio que fazia do que a chuva em si mesma. Ainda em 17 de Maio se começaram a fazer preces na Matriz

ad postulandam serenitatem. Porém nessa mesma semana mudou a quadra, ainda que se não emendaram os efeitos dela que foram gradarem mal os trigos e vi-rem serôdios todos os frutos.

VII

No dito Maio, as obras públicas da Estacada haviam penetrado na almedina e foram continuando para o adro da Matriz pela rua de Nossa Senhora. Esta, que era algum tanto íngreme, foi rebaixada e daí resultou continuar-se o rebaixe em frente do adro cuindo parte do parapeito deste fabricado em 1870. Foi portanto necessário reformá-lo metendo-lhe por baixo novas cantarias de S. Paulo.

Nesta ocasião tapou-se a boca da rua deserta que alguns antigos diziam chamar-se *dos chapeleiros ou sombreireiros.*

Houve quem duvidasse da conveniência do rebaixe da rua de Nossa Senhora, visto que tal obra tornou mais custosa a subida para o novo adro da Matriz, cuja escada em trapézio teve de ser acrescentada com mais dois degraus.

VIII

Entre muitos foros que o Governo Central fez desamortizar conforme a lei de Junho de 1866, etc., mencionarei agora dois vendidos em fins de Maio para documento do "favor" que assim tem feito às corporações religiosas e de caridade.

Um foro de 80\$000 réis livres que a Irmandade do Santíssimo de Bencatel possuía na herdade do Vale, próximo à Terrugem, foi arrematado ao enfiteuta por 901\$000 réis pelos quais deu o Governo a esta irmandade 1:700\$000 réis em inscrições de assentamento com juro de 3%. Este novo capital subrogado ficou, pois, rendendo apenas 51\$000 réis, dos quais há a deduzir a moderna contribuição de rendimento posta pelo ministério progressista deste ano e a legalização dos recibos com a agência do cobrador, ficando portanto líqui - dos para a irmandade 49\$000 réis!

O outro foro a que me referi era pertencente à Régia Confraria dos Ofi-

ciais de Nossa Senhora da Conceição, imposta na herdade dos Coutos, em Ben-catel, e constante de um moio de trigo (60 alqueires). Este foi arremata-do por 300\$000 réis que, trocados por inscrições de assentamento, renderão quando muito 18\$000 réis líquidos quando o trigo rendia regularmente à dita confraria 30\$000 réis e às vezes 36\$000 e mais.

A isto chamavam os antigos roubar e agora chamam-lhe *desamortizar*...

Deixo estes exemplos para os vindouros poderem ajuizar devidamente sobre esta matéria, observando apenas que ainda os foros grandes se venderam mais ou menos baratos, mas os pequenos a que faltaram pretendentes foram quase da dos visto a lei permitir abatimentos até à décima parte do seu valor. Exem- plo: um foro de 700 réis anuais chegou a ser posto em praça por 1:500 réis sendo o seu legítimo valor de 14\$000 réis!

Assim, pois, as confrarias e mais institutos religiosos que possuam mui- tos foros e de pequeno valor, o serem-lhes desamortizados valeu-lhes quase o mesmo que perderem-nos inteiramente.

Daqui se vê, pois, quão obrigados estão os católicos Portuguezes aos Go- vernos Liberais...

IX

No convento das Chagas renovava-se uma festa a Santo António venerado en- tre as Religiosas com o título de Santo António da Paz. E teve lugar tal festa na oitava do mesmo santo (20 de Junho), contribuindo largamente para ela o Almojarife Padre António Joaquim Mouta, procurador officioso do conven- to. Isto começou alguns anos antes, havendo um arraial de véspera com lumi- nárias, fogo e música. O que porém chamou a minha atenção para a festa des- te ano foi o acontecimento seguinte. A *Sanctus* da missa cantada com sermão dispararam defronte da porta da Igreja, no Terreiro do Paço, três grandes bombas de dinamite a que dão o nome de morteiros e, ao disparar de um deles, rebentou o cano de ferro por onde havia de sair a explosão para o ar. En- tão um estilhaço do cano, penetrando na Igreja pela porta, foi partir uma perna ao cego António Lourenço Reizinho, o que alguns ainda julgaram quase milagroso porque outros muitos podiam padecer com esta catástrofe achando - -se a Igreja cheia de gente. Valeu-lhes talvez o estarem ajoelhados então. O pobre cego foi levado para o hospital onde se demorou longo tempo em cura

tivo.

Sirva este exemplo de cautela para se pôr cobro no uso imoderado de tais bombas em festejos públicos.

X

A colheita de cereais só foi abundante no género cevada. A de trigo foi escassa porque gradou mal attribuindo-se isto aos frios da primavera que, além disso, ocasionaram muita alforra e ferrugem nos pães. Pela mesma causa se perderam muitos granais, salvando-se contido alguns dos serôdios pois é certo que nas primaveras frias não convém semear grãos antes de Março e nem mesmo em Março, mas em Abril. Se padecem frios e chuvas, perdem-se logo desaparecendo como por encanto.

Dizendo, porém, que a colheita de trigo foi escassa não quero dizer que se não colheu o suficiente para o nosso consumo e ainda para se exportar algum porquanto semeia-se muito, muito... o dobro do que semeavam nossos avós por não termos outros recursos de viver além da agricultura. E, pôr conseguinte, ainda que as colheitas não sejam assaz compensativas dos nossos suores, sempre chegam para nos alimentarmos ainda que não possamos vender para fora.

Neste ano podia vender-se algum para exportação e assim, por efeito da admissão do trigo dos Estados Unidos, faltou essa exportação, de sorte que não pudemos vendê-lo por mais de 360, 400, 440 réis o alqueire de 15 litros chegando a 500 réis só algum mais apurado para sementeiras.

A uva limpou já por Junho adentro, vindo por isso a colher-se neste ano até por meados de Outubro - coisa não vista até então nos meus dias.

Os figos e mais frutos outoniços vieram igualmente serôdios, havendo por isso pouca passa de figo.

A produção de uvas foi muito escassa porque reapareceu em grande escala o cinzento ou "oidium tukeri", mas como havia muito vinho de 1879 por falta de exportação, vendeu-se a uva por 240 a 280 réis a arroba de 15 quilogramas e o vinho velho baixou a 800 réis o duplo decalitro ou almude moderno, quando em 1879 chegara a render 1:800 réis.

XI

No domingo segundo de Outubro, por ocasião da festa da Senhora do Rosário de S. Paulo, deram-se graves dissensões na irmandade por serem uns progressistas e outros regeneradores e quererem uns uma filarmónica e outros outra, etc. A irmandade do Santíssimo recusou os precisos paramentos e alfaias para a exposição e procissão. Fizeram-se corpos de delito por frioleiras que não merecem especificar-se. Felizmente não foram por diante os processos começados como coisas ridículas. Retiraram-se então da gerência os regeneradores, ficando os progressistas com a administração da irmandade.

XII

Em 18 de Outubro fez-se nos Paços do Concelho e sala das sessões da Câmara uma reunião das pessoas mais graúdas do mesmo Concelho em que entraram os Párcos. Foi convocada pelo Administrador Cristóvão de Sousa conforme a recomendação do Governador Civil do Distrito Xavier da Silva que estava a chegar em visitaçào e queria ser informado sobre as necessidades mais urgentes de melhorar. Esta reunião foi taxada comumente de pura fórmula administrativa sem efeitos correspondentes. No entanto, visto que se tratava de consultas, diferentes cidadãos apresentaram os seus pareceres para que não dissessem os tribunais superiores: - *Eles que não pedem é porque de nada precisam.* Eu, que não assisti pessoalmente, mandei por escrito expor a necessidade urgente de se começar, quanto antes, a estrada distrital nº 106, que devia partir de Vila Viçosa por Pardais ao Alandroal, etc. até Mourão, por ser péssimo o caminho de Pardais e não ter sequer um lanço de estrada nova, quando S. Romão tinha alguns importantes a partir da dita aldeia e Bencatel a sua completa.

Não por eu o requerer, mas por já estar assim resolvido pela Junta Geral do Distrito, começou-se em breve a dita estrada.

XIII

Em Novembro fez-se nos telhados da Matriz um pequeno conserto por conta do Ministério das Obras Públicas e em Dezembro a Régia Confraria rebucou o topo do adro fronteiro à Igreja, o qual se achava descarnado.

Aquele conserto dos telhados foi feito de um artigo publicado nos jornais por Tomé de Sousa, mas o que este e os seus dois colegas da Régia Confraria dos Officiais desejavam há muito, fazendo os devidos requerimentos, era que o Governo Central mandasse reedificar o retábulo da Capela-mor passando a ser de mármore e digno da Padroeira do Reino. Tinha já vindo em tempo um engenheiro para fazer um orçamento dessa despesa, que calculou em três contos, mas nisso ficou o projecto.

XIV

No mesmo Dezembro aforou a Câmara a João de Deus Salgado um pedaço de terra ao cimo da rua da Freira, constante de assentos de casas também demolidas naquela parte para o alargamento das fortificações exteriores do Castello em 1663. Foi para o enfiteuta formar ali um quintal. Ao principiar os muros de tapagem descobriram logo os escombros de casas antigas.

Há muito que se devia ter feito aquele aforamento ou então arborizar aquela faixa de terra situada entre a rua da Freira e o ângulo central das Obras Exteriores da Cidadela.

XV

Já no meio de Dezembro é que se principiou a colheita da azeitona por vir muito serôdia este ano, achando-se também os arvoredos com alguma ferrugem por partes - efeito dos frios e humidades da primavera. O pior ainda foi a depreciação do azeite por ser neste ano geral no reino a abundância dele e por se ter admitido pelos portos molhados azeite espanhol da Andaluzia. Baixou de novo o alqueire a mil réis como em 1870.

Duas novas lagaretas de azeite começaram a servir neste ano: uma na rua de Cambaia, pertencente ao espanhol António Ponce Gomes que, sendo originalmente construída para espremagem de cera, veio a servir para ambas as coisas; e outra pertencente a Manuel de Matos Azambuja que a fabricou na rua do Chafariz para seu uso e dos seus irmãos somente.

XVI

No mesmo Dezembro vieram engenheiros e condutores do distrito a fazer no a medição da estrada distrital nº 106. Tinham-se já feito outras, mas ago ra dizia-se que haviam de começar os trabalhos na primavera seguinte. E as sim foi.

XVII

Uma coisa que nesta quadra de tempo viram já claramente os homens pensadores foi o efeito dos ruinosos princípios adoptados pelo Governo Central no tocante a tratados de comércio com as nações estrangeiras. O princípio do *livre-câmbio* mediante pequenos direitos de importação manifestou-se erróneo e prejudicial para nós, sendo útil somente na aparência para o Estado que arrecada esses direitos de importação e para os empregados públicos que, não se dedicando à agricultura e tendo ordenados certos, desejam a liberdade de comércio para que os ditos ordenados lhes cheguem tanto melhor para as suas despesas quanto mais baratos forem os géneros de consumo.

Para os produtores, porém, o caso é outro. As nossas terras em geral são de fraca produção, exigem muitos trabalhos e despesas e, se os lavradores dos Estados Unidos ou da Estremadura Espanhola podem vender um alqueire de trigo por 240 ou 300 réis, o Alentejano só pelo dobro ou quase achará compensação para os seus suores e dispêndios. De mais, rendendo nos pretéritos anos de 500 a 700 réis o alqueire, elevaram-se as rendas dos prédios de lavoura crescendo na mesma proporção o rendimento colectável desses prédios nas matrizes prediais. Agora porém baixando o rendimento efectivo, ficaram os prédios pagando mais do que lhes competia. E caso verificado achar-se

uma herdade na matriz predial com o rendimento colectável de 400\$000 réis quando só paga 300\$000 por não haver quem dê mais.

A importação de géneros e mercadorias estrangeiras sem carecermos delas é sempre um erro gravíssimo de administração pública. Ainda comprando-se caros os produtos nacionais, cá fica o dinheiro que continua a girar no país e comprando-se aos estrangeiros, posto que mais baratos, vai-se o nosso dinheiro ficando o país empobrecido porque não temos compensações por outras vias já que não podemos competir com a indústria da maior parte desses estrangeiros. Eu voto pelo proteccionismo a tudo quanto é nacional.

Vejam a nossa situação neste ano: trigo a 400 réis, vinho a 800 o almude e azeite a 1:000 o alqueire. Que quer isto dizer? Que os produtos agrícolas dariam apenas o dinheiro da sua criação e arrecadação. Lucros, nenhuns. E devido tudo à admissão dos géneros estrangeiros.

Agora que falei no aumento das colectas prediais rústicas, veio-me à memória o dar notícia das novas matrizes ultimadas em Junho de 1879. Eis a soma dos mapas que então foram distribuídos por todos os proprietários do Concelho a fim de poderem apresentar as suas reclamações. Algumas diminuições se fizeram, porém leves. O rendimento colectável cresceu muito e sempre com disparidade porque os Escrivães de Fazenda não conhecem os prédios e os informadores, tendendo antes a depreciá-los, dão ocasião a que uns fiquem altos e outros baixos. No entanto, vejam-se os apontamentos que tomei à vista dos referidos mapas desde logo postos em vigor:

Matriz	26:513\$907
S. Bartolomeu	5:559\$349
Bencatel	8:951\$208
Pardais	5:300\$063
S. Romão	10:725\$730
Ciladas	<u>23:871\$717</u>
Total do rendimento colectável predial	80:921\$974
Número dos prédios em 1875	3:591

A isto observo que quase todo este rendimento é atribuído aos prédios rústicos. Logo, como poder pagar-se tão pesados impostos sem a protecção aos agricultores nacionais?

E ainda em 1882 se constituiu uma Junta ou Comissão para rever as novas matrizes com o fim de aumentar as taxas de rendimento quando as julgassem

baixas, mas não de as diminuir, segundo me informaram pessoas interessadas.

Não insisto mais nesta matéria porque adiante dedicarei um capítulo apartado aos tributos postos pelo Governo Liberal desde 1834.

XVIII

Mencionarei por último que a Câmara mandou neste ano fazer um lango de estrada de Mac-Adama partir da Carreira das Nogueiras ou Buraco do Corregedor, levando-o até ao arrabalde dos Pelames para daí continuar depois tanto para o Escasso e Farramaco na estrada antiga de Elvas como para a frente por S. Luís até aos Capuchos, ligando aqui com a que vai da porta da Esperança.

Os mais gastos do cofre da viação municipal, depois do conserto das estradas já feitas, foram na estrada de S. Romão a partir de lá para cá.

Fechou-se o ano com uma grande barateza de todos os comestíveis, excepto carne. O chibato vendia-se a 160 réis o quilograma e a arroba de carne de porco orçava entre 2\$800 e 3\$000 réis.

CAPITULO CXLIII

Crónica do ano de 1881.

Temporais. Frustração de outra visita de El-Rei. Novos impostos para o Estado. Questões sobre a arrematação dos pastos dos olivais. Inauguração da estrada distrital nº 106. Manifestações públicas dos regeneradores pela queda do ministério progressista e consequências desta entre nós. Novos temporais. Festejos da semana santa. Princípio de reconciliação entre progressistas e regeneradores. Escassa colheita de cereais e seu preço. Orquestra progressista e outros melhoramentos da Sociedade Artística. Cometas. Febre aftosa nos gados. Irregularidades da temperatura do estio: suas consequências. Eleição de um Deputado. Situação dos inventários orfanológicos e das causas judiciais. Exacções fiscaes novas do Real de água. Escassez de uva. Reforma da instrução primária. Recrutamento para o exército e a armada. Distribuição do legado de José Honório aos pobres. Obras no Paço Real e suas dependências. Escassíssima colheita de azeitona. Má situação económica da vila. Novas reflexões sobre a liberdade de comércio com os estrangeiros. Preços de comestíveis em 31 de Dezembro.

I

Começou o ano por uma novena de vento suão frigidíssimo que terminou como ordinariamente por chuviros, porém chuviros copiosos e tão persistentes que vieram a danificar muito as sementeiras. Tanto assim que logo em 30 de Janeiro se começaram as preces públicas *ad postulandam serenitatem*.

A feira de Janeiro nem feira se pôde chamar por causa do mau tempo: era um pequeno mercado. Armaram-se poucas barracas e essas mesmas desarmou-as logo o vento levando-as pelos ares e emborcando o que lá estava dentro. Alguns ciganos e poucos feirantes que se tinham ido amparar da alameda de maçanqueiras do jardim do Viegas acharam ali pior guarida do que no campo aberto porquanto partiu-se (no dia 30) um choupo que ali estava e a parte superior, que caíu de improviso, deixou três ciganos em tão mau estado que todos foram curar-se ao hospital e a um deles o primeiro remédio a aplicar foi a santa unção. Felizmente restabeleceram-se todos.

A 7 de Fevereiro suspendiam as chuvas. Acabava-se nesse dia a novena de preces diante de S. Francisco na Ordem Terceira e portanto sustou-se a resolução de levar para a Matriz o Seráfico Patriarca. Mas iludiram-se os seus devotos como adiante veremos.

Tinha-se começado tarde o apanho da azeitona por esta se achar serôdia e como sobrevieram tantas chuvas só em 19 de Fevereiro se deu conta da safra. E era pouca. Se fôra muita, havia de dar trabalhos e desgostos a sua co-lheita.

II

Efeito dos mesmos temporais foi suspender El-Rei a visita que projectara fazer à nossa vila. A 15 de Janeiro chegou uma força de Infantaria nº 4 que devia fazer a guarda ao Paço e da mesma sorte veio de Évora um destacamento da policia civil. Já cá estavam cozinheiros, compradores e outros criados da Casa Real. Depois de larga expectação retirou-se a tropa em 4 de Fe-vereiro e pouco antes ou depois os policias civis e os criados sobreditos.

Aos temporais na ordem física juntaram-se outros na ordem política promovidos pelos regeneradores que estavam debaixo e pretendiam já tornar outra vez a subir ao poder. No Porto preparava-se um conventículo público (meeting) para o dia 30 do mesmo Janeiro com o fim ostensivo de representar contra o imposto de rendimento criado por lei de 18 de Junho de 1880, devendo chegar a Lisboa uma deputação para entregar um requerimento a El-Rei. Foi então que este decidiu terminantemente não vir divertir-se a Vila Viçosa.

III

A noticia precedente me leva a dar noticia dos impostos criados pelo ministério progressista em 1880.

O orçamento do nosso Estado nunca foi equilibrado pelos governos "liberais", sendo sempre maior a despesa do que a receita e resultando dafum progressivo aumento da dívida pública. Veja-se para exemplo o

Orçamento de 1849-50

Receita	10.260:567\$384
Despesa	<u>12.522:128\$723</u>
Déficit	2.261:561\$339
Juros da dívida pública no mesmo ano	3.680:148\$352

Sempre assim têm sido todos os mais orçamentos do Estado porquanto, se bem que aumentem os tributos, aumentam da mesma sorte as despesas, ficando por conseguinte de pé o célebre "déficit" com o seu necessário agravamento da dívida pública ou nacional. Quiseram porém os progressistas matar o déficit em 1880 propondo nas cortes os seguintes novos impostos:

1º - Reforma (depois de muitas) da lei do selo em que até os assentos de baptizados e casamentos ficaram sujeitos a um selo de 60 réis; os instrumentos públicos de notas, a mais um selo especial de 500 réis, etc.

2º - Reforma do Real de água tornando o imposto de consumo extensivo até às cabeças inteiras de gado compradas pelos particulares.

3º - Imposto de rendimento, criação inteiramente nova. Este recaía, com diversas percentagens, sobre todo o rendimento de qualquer cidadão que exce desse 150\$000 réis (este com 1 1/2%), acumulando-se o líquido que tivesse de rendimentos predial, industrial, de empregos, inscrições e rendimentos de fora do Reino usufruídos neste, etc. Desta sorte ficavam tributados alguns rendimentos que o não eram, mas os prédios e as indústrias, que já pagavam quatro vezes por ano - ao Estado, ao distrito, ao município e à paróquia -, ficavam pagando quinta.

Assim mesmo, o orçamento para 1879-80 foi calculado assim:

Receita	26.424:842\$000
Despesa	<u>29.413:160\$305</u>
Déficit	2.988:318\$305

Quase três mil contos!

Juros da dívida pública (na despesa supra) - catorze mil contos!

Isto é horroroso... E notem os vindouros que desde 1861 estava a entrar nos cofres do Estado o produto da "desamortização" dos bens eclesiásticos.

Os regeneradores, pois, que tanto haviam contribuído para o desequilíbrio das finanças do tesouro público nos últimos oito anos, vendo agora que os povos recebiam mal (como sempre) o agravamento de impostos, lembraram-se de

explorar as circunstâncias da época para combaterem as medidas progressistas com o fim único de os deitarem abaixo do poder e empoleirarem-se eles para comerem melhor à custa do mesmo povo que mais ficava já pagando... E aqui direi muito à puridade que eu tanto dou por uns como por outros: professam todos as ideias dissolventes do liberalismo ímpio, devoristas e opressor do povo, sendo verdadeiros lobos cobertos com pele de ovelha.

Continuando. Quando caiu o ministério progressista ficaram de pé todos os seus novos tributos com excepção única do imposto de rendimento, fora o cobrado por desconto, isto é, as deduções de rendimento de inscrições da Junta do Crédito Público (qualquer que fosse o seu capital) e de honorários de empregos públicos de mais de 150\$000 réis. O que devia ser cobrado por lançamento foi suspenso pelos regeneradores, mas em seu lugar criaram em 1882 um adicional de 6% às contribuições predial, industrial e pessoal.

O certo é que já no inverno de 1880-81 quem comprou uma cabeça de gado suíno cevado para fumeiro da sua casa pagou 10 réis por quilograma como dantes pagavam somente os chacineiros. E o orçamento do Estado sem se equilibrar!

IV

Continuaram neste ano as questões por causa da venda dos pastos dos olivais. Os regeneradores de Vila Viçosa, que pretendiam favorecer o guarda antigo José Velho, persistiram em retirar a cessão dos seus pastos para dificultar à Câmara a arrematação do comum deles e o poder tirar dessa arrematação quantia bastante para pagamento dos guardas. Quatro semanas andaram os pastos em praça. Ninguém lançou neles por ficarem de permeio muitos olivais reservados, de sorte que em 22 de Fevereiro publicou-se um edital declarando que se não vendiam e portanto a Câmara lançaria mão de quaisquer meios para pagar aos dois guardas seus permanentes que aliás encoimariam todos os gados que nos coutos fossem achados a fazer dano. Por último houve um homem de S. Romão que arrematasse os ditos pastos, mas por uma quantia ridícula e decerto muito inferior aos vencimentos dos guardas. Quer isto dizer que os retiradores dos pastos deram em si próprios negando-os quando pensavam em dar na Câmara, pois tiveram de contribuir por outro lado.

V

Em 7 de Março inauguraram-se os trabalhos da estrada distrital nº 106 que de Vila Viçosa devia partir para o Alandroal e continuar por Terena e Monsaraz até Mourão. Arrematou António Esteves o primeiro lanço que era de 2:660 metros contados desde a esquina de S. Paulo até pouco acima do forno da serra. Porém neste ano apenas se acabaram os aterros, desaterros e pontões, ficando o empedramento para o seguinte.

No outono pôs-se em arrematação outro pequeno lanço da parte do Alandroal compreendido entre a estrada desta vila a Bencatel e o ribeiro de Alcalate, incluída a ponte deste. Licitou nele um alvenú do mesmo Alandroal chamado José Pedro Galharda, vulgo Colunas, mas pouco fez no corrente ano.

VI

Chegou a 23 do dito Março a notícia de ter caído o ministério progressista e em 25 a de lhe sucederem os regeneradores, mas não entrando por então o Fontes que ficou para uma posterior recomposição ministerial. Neste dia pois folgaram os regeneradores da nossa terra queimando muito foguetório e tocando pelas ruas a filarmónica Esperança.

O Administrador do Concelho Cristóvão de Sousa, o substituto Joaquim José Fernandes e os seus Regedores de Paróquia, excepto o de Pardais, pediram logo a exoneração dos seus cargos antes que lha dessem. Foram-lhes aceites os requerimentos conservando interinamente as pastas e tornaram a ser reintegrados os antigos, menos o Regedor de Bencatel José Pereira Aldeagas que não quis continuar a sê-lo nomeando o Governador Civil em seu lugar Jacinto António da Silva. Como, porém, os Administradores do Concelho deviam ter habilitações literárias na formã do Código Administrativo de 1878, Diogo de Castro ficou sendo agora apenas Administrador substituto, não se nomeando outro efectivo para ele servir como tal. Tomou posse em 27 de Abril. Fez propostas de novos regedores e pediu a reintegração do official de diligências António Maria Lapa e a demissão de Manuel Joaquim da Guerra.

VII

Na primavera continuaram os temporais com grandíssimo prejuízo da agricultura. Foi chuvosa a lua do entrudo e muito mais a do meio da quaresma. Em 3 de Abril (domingo de Lázaro) é levada para a Matriz a imagem de S. Francisco em procissão de penitência e só volta no 1º de Maio, no qual houve *Te Deum* e sermão gratulatório na Matriz. Porém o dano das chuvas era já irremediável como sempre succede entre nós quando os anos são excessivamente chuvosos.

Quando os lavradores e seareiros recolheram as searas é que se convenceram verdadeiramente do dano que os temporais lhes haviam causado. As colheitas de trigo, cevada e aveia foram miseráveis, havendo tal seareiro que lhe safu a 1:200 e 2:000 réis o alqueire de trigo recolhido. O centeio foi o único género que gostou da água e produziu bem. Notou-se como coisa singular que as terras mansas e de primeira classe foram as que padeceram mais, aguentando melhor os chuveiros as terras brávias e meio incultas nas quais se criou ainda algum trigo galego.

VIII

Os festejos da semana santa foram como no ano pretérito. O que houve de mais foi dar a Misericórdia 600 jantares cozidos aos pobres em quinta-feira de Endoenças, visto que a sociedade União Calipolense dava também neste ano uma grande porção deles como já dera no ano passado.

IX

Em 16 de Junho fez-se a procissão municipal de *Corpus Christi*, indo S. Jorge sem pajem nem alferes, mas concorrendo o destacamento de Cavalaria 3, mandado pelo Alferes Varela.

Notou-se neste dia um princípio de reconciliação entre regeneradores e progressistas da nossa terra. O Administrador Diogo de Castro, que dantes

safa da sua repartição com os subalternos sem se unir à Câmara, fê-lo desta vez e a irmandade do Santíssimo de S. Bartolomeu, composta de regeneradores, concorreu numerosa, indo pegar nas varas do púlio (com opas) Manuel Diogo da Silveira Menezes e seu irmão António Carlos da Silveira Menezes, ambos filhos de Inácio da Silveira, António Augusto da Silva Paracana e outros caudilhos. Também não faltou o Escrivão de Fazenda Joaquim José Fernandes com os seus subalternos.

X

Nos fins de Junho e princípios de Julho se viu quanto era escassa a colheita de cereais, pois se a palha abundava, ainda que não muito, menos abundou o grão. Isto foi causa de subirem os preços dos mesmos cereais pelo ano adiante até à colheita de 1882. E se não subiram mais foi porque os celeiros não estavam despejados visto o módico preço do ano anterior e a entrada frequente de cereais estrangeiros em grão e em farinha moída em Lisboa.

De 500 réis foi subindo o trigo até custar na primavera seguinte 800. A cevada subiu de 240 a 500 réis. A aveia, de 160 a 320 e o centeio de 340 a 500.

XI

Em 26 do mesmo Junho, indo eu pregar na festa de Santo António que se fizera este ano em tal dia, ouvi tocar pela primeira vez a orquestra progressista ou da Sociedade Artística. Fôra criada em 1880 e já se estreara na festa da Lapa. Se bem que ainda em criação, gostei de ouvi-la sob a direcção do meu colega Padre José Nunes Sereno, capelão do Paço Real.

Nesta orquestra entraram pessoas importantes, como o Vereador Rebelo, o cirurgião Jardim, o farmacêutico Emílio da Cruz Figueiredo, Francisco de Sousa Figueiredo, o Padre José Inácio das Neves Tarana, etc., e formou-se por haver outra na União Calipolense dirigida por Eugénio Joaquim Tarana e que tocava já nas festas religiosas e na mesma sociedade, entrando também nela indivíduos da classe mais graúda como António Carlos da Silveira, António Pa

racana, José Francisco Simões, etc.

Efeito destas rivalidades foi também o comprar a Sociedade Artística em 1878 um bom piano vertical com que se foi melhorando e com bastante progresso.

XII

A 23 do dito mês de Junho começou a ver-se um grande cometa que apareceu ao noroeste e só deixou de se avistar no fim de Julho. Em Agosto surgiu outro mais pequeno e pouco visível a olho desarmado.

XIII

A saúde pública foi má no estio. A uma primavera húmida e fria sucedera um calor intensíssimo no verão dando isso causa a muitas febres ainda que não fatais na maior parte dos casos. Foram muitas as intermitentes e nos ga dos vacum e suíno desenvolveu-se o "pesunho" ou febre aftosa, principiando por inflamação da boca e acabando por lhes caírem as unhas dos pés.

A irregular temperatura do estio fez cair muita gente na cama. Os frutos, que vinham serôdios, amaduraram mais cedo com os calores extraordinários. Porém a uva padecceu muito secando-se ou passando-se e por isso mesmo os vinhos saíram fortes e vigorosos.

Outra coisa que muito notável tornou este verão foi a frequência de fogos no campo e muitos deles com gravíssimos danos das propriedades rústicas. Só aqui em Bencatel cinco vezes se tocou a fogo quando muitos e muitos anos a fio se não toca uma vez. Isto, porém, não foi só em Vila Viçosa, mas por todo o Alentejo mais ou menos.

Felizmente não houve nenhum nos olivais. Se houvesse arderiam todos porque a maior parte deles ou não estavam lavrados por causa das chuvas da primavera ou, apesar disso, tinham pastos que davam pela cintura a um homem, não sendo esmontados senão pelo outono.

XIV

A 21 de Agosto fez-se eleição de um Deputado às Cortes pelo círculo de Estremoz, agora nº 115 porque o ministério regenerador dissolvera a câmara eleita pelos progressistas para fazer eleger outra da sua facção. Foi proposto como candidato governamental Manuel Vicente Graça, engenheiro do distrito e residente em Estremoz.

Quem recrutou alguns eleitores para irem à urna foi o Escrivão de Fazenda Joaquim José Fernandes, os Regedores e o Oficial de Diligências da Administração. Concorreriam uns 400 eleitores, se tanto.

XV

Em 28 do mesmo Agosto faleceu António Luís dos Reis, comerciante de ferreagens, com um pequeno estabelecimento na rua de Cambaia. Era casado e tinha duas filhas menores, por cuja razão ficou o seu casal sujeito a um inventário orfanológico perante o Juízo de Direito de Estremoz.

Faço menção disto para se conhecer a triste situação em que ficou Vila Viçosa desde Novembro de 1875 no tocante a inventários orfanológicos e processos correccionais. A viúva, cabeça do casal, teve de provar que o activo e o passivo do pequeno estabelecimento de comércio eram iguais ou com pouca diferença para o Juiz poder sentenciar que não havia bens partíveis, mas para isso gastou com o intentado inventário e procuradores cerca de 50\$000 réis!

Outro exemplo mais antigo. Aí por 1876 faleceu em Vila Viçosa Maria da Piedade, viúva de João Gonçalves Pernas, a qual deixou quatro filhos e alguns netos menores, filhos de seu filho Duarte. O seu casal constava unicamente de um pequeno prédio de casas, situadas na Aldeia do meio, e que foram estimadas ou vendidas no valor de 24\$000 réis, o que vem a dizer que se a partilha fôra amigável entre maiores cada um dos filhos teria de legítima 4\$800 réis. Como, porém, houve de se pagar as custas do inventário judicial, coube apenas a cada herdeiro maior a legítima de 900 réis líquidos! Mais. Pedindo eu informações a este respeito, soube que um genro, que teve de servir de cabeça do casal e chamar um procurador para requerer o inventário, pa

gou do seu bolso ao dito procurador quantia maior de 900 réis, isto não falando no incómodo e perda de tempo e de lucros que tiveram os herdeiros em comparecer no tribunal de Estremoz!...

Não se pense que, registando aqui estes factos, eu tenha em vista desacreditar o regime dos actuais governos. O meu único fito é escrever a verdade em factos de ordem social e tanto a escrevo em desabono como em louvor quando as condições assim o exigem.

Todas as vezes que em Vila Viçosa se davam uns murros ou meras injúrias de palavra de que resultasse um processo de mera correcção, lá iam respon - der os réus a Estremoz e da mesma sorte iam nesse dia as testemunhas para deporem no tribunal, perdendo os pobres um dia de trabalho e fazendo a des - pesa da alquilagem de cavalgadura ou carrão.

Agora me lembra uma célebre causa criminal em que figuraram dois fregue - ses meus de Pardais e que é digna de eterna memória. Teve lugar neste mes - mo ano de 1881. João António da Silva Frade e António Joaquim Padremestre, ambos casados e trabalhadores, ao voltarem à noite para suas casas fizeram cada um o seu feixe de lenha num olival do sítio do Lagar de Cima que se an - dava limpando. Queixou-se o dono do furto da lenha na Administração do Con - celho. Foi autoada a queixa e remetida a autoação para o Juízo da Comarca. Os dois réus compareceram no tribunal depois da Páscoa e foram condenados a três dias de prisão que logo cumpriram.

Mas as custas do processo?! Eles não tinham mais que o estritamente ne - cessário a uma casa pobre e portanto deviam ficar insolúveis mediante uma atestação de pobreza passada pelo Pároco. Não foi assim. Nos fins de Ju - lho vem de Estremoz um official de diligências e vai a Pardais como tabelião Ramos de Vila Viçosa para efectuarem uma penhora nos bens dos réus. Ao Fra - de penhoraram tudo o que lhe encontraram excepto a cama. Porém ao Padre - mestre, não, porque o preveniram alguns vizinhos para tirar de casa os mó - veis em condições de serem recenseados pelo escrivão.

Assim, pois, effectuou-se a venda dos móveis do primeiro em Setembro na presença do Juiz Ordinário de Vila Viçosa, rendendo tudo pouco mais de 4\$000 réis que ele deu por segunda pessoa para ficar com o que lhe era in - dispensável, promovendo para isso uma subscrição entre pessoas da sua amiza - de.

Ora, as custas com a multa para a Fazenda Nacional orçavam (segundo me in - formaram) em cerca de 30\$000 réis e portanto só o custo da execução da penho - ra valia mais que o produto da mesma penhora. Apesar disso, porém, julgou

o Frade que não lhe tornavam com segundo sequestro, mas enganou-se. E desta vez também o Padremestre caíu no laço porque o aguasil como Escrivão cui daram primeiro em dirigir-se a casa deste para lhe caírem lá de súbito. Is to no mês de Novembro. Então os dois vão a caminho de Estremoz a falar com o Delegado. Este diz-lhes que, para serem absolvidos de pagarem a multa e custas, não bastava a atestação de pobreza passada pelo Pároco, mas que havia de ser homologada pelo Administrador do Concelho. No outro dia dirigem-se a mim e ao dito Administrador para arranjarem o atestado na forma exigida e portanto perdem de trabalhar dois dias...

Entretanto os bens penhorados e repenhorados são vendidos novamente em Dezembro perante o Juiz Ordinário de Vila Viçosa, pagando assim o Frade ao todo oito ou nove mil réis e o Padremestre uns 1\$800 réis. De forma que os povos presentemente quando ouvem à sua porta falar em Justiça estremezem da mesma sorte que se ouvissem nomear os três horrendos flagelos da peste, fome e guerra!

Já agora direi o resto do que respeita à situação judicial da nossa vila. Além das frequentes jornadas de procuradores, réus, testemunhas, cabeças de casal e vogais de conselhos de família caminho de Estremoz em todo o ano, são também incomodados os jurados ou juizes de facto nas audiências gerais que costumam ter lugar nas duas primaveras do outono e das flores. Quer sejam ou não apurados em cada audiência, têm sempre de comparecer à chamada ou fazerem apresentar atestação médica de doença para lhes não ser infligida uma pesada multa. E se acontece haver audiências muito debatidas que se prolonguem por todo o dia, é-lhes forçoso ficarem na vila de Estremoz com grave incómodo e despesas. Daí resultou que homens nobres da categoria e riqueza de Inácio da Silveira Menezes e seu cunhado Manuel de Matos Azambuja sujeitaram-se a figurar de arrematantes de malas do correio para se eximirem do oneroso cargo de jurado, mas pagando às vezes 30\$000 réis e mais do seu bolso ao condutor efectivo de tais malas.

O que fica dito parece-me bastante para se conhecer devidamente a situação actual de Vila Viçosa neste ponto de vista.

XVI

No estio fizeram-se algumas exações fiscaes do Real de água não estreadas ainda entre nós.

É costume antigo concorrerem aos arraiais das festas religiosas alguns homens e mulheres com o seu botequim ou venda de vinho, licor, aguardente, ovos, peixe frito, bolos, etc. para assim agenciarem a sua subsistência. Nunca ainda lhes haviam exigido manifestos de vinhos e bebidas alcodicas, mas exigiram-lhos este ano com a paga prévia do competente Real de água para o Estado.

Esta diligência foi feita por Augusto Pires Ferreira que há um ano estava nomeado Fiscal do Real de Água, vencendo 500 réis diários segundo me informaram, pois, como no pretérito inverno já se pagou Real do consumo dos fumeiros particulares, preciso foi arranjar um fiscal privativo deste imposto que olhasse pela sua cobrança.

XVII

Também a colheita de uvas foi muito escassa neste ano e tão escassa que alguns dos nossos patricios calcularam não chegar para o consumo de vinho no Concelho. Daí resultou irem alguns negociantes nossos fazer compras de uvas em Rio de Moinhos no concelho de Borba onde há muitas vinhas novas e a concorrência fez que a maior parte dessas compras fossem a olho e por altos preços. O regular entre nós foi de 320 réis a arroba.

XVIII

Começou a executar-se no primeiro de Julho a reforma da Instrução Primária decretada nas leis de 2 de Maio de 1878 e 11 de Junho de 1880, passando os honorários dos professores a ficar a cargo das Câmaras Municipais. Eram três então as escolas, a saber: uma de meninos e outra de meninas em Vila Viçosa estando o ensino destas a cargo das Beatas; e outra do sexo masculi-

no em Bencatel.

Em conformidade com essas leis e seu respectivo regulamento de 28 de Julho deste ano de 1881, nomeou a Câmara uma Junta Escolar de 3 membros que foram o Padre José Nunes Sereno (presidente), Francisco de Sousa e Figueiredo e Emílio da Cruz Figueiredo, e bem assim Delegados Escolares na vila e em Bencatel e Comissões Paroquiais de beneficência escolar.

Deviam criar-se duas escolas em cada freguesia - uma do sexo masculino e outra do feminino - ou ao menos uma escola mista regida por mulher devendo o ensino ser obrigatório para os jovens de ambos os sexos de 6 a 12 anos que não morassem distantes da escola pública mais de dois quilómetros ou recibessem o ensino em escola particular ou em família.

Os recenseamentos das crianças ficaram para o ano seguinte.

Esta reforma da instrução primária equivaliu ao lançamento de enormes tributos porque, além de ficarem as Câmaras pagando os honorários dos professores públicos dantes satisfeitos pelo Estado, passaram as Juntas de Paróquia a ter os ónus de darem casa para a aula, etc. e residência para o professor e professora (coisa nova), subsídios de livros e papéis a alunos pobres, etc.

Criaram-se logo inspectores e subinspectores ficando Vila Viçosa pertencendo à circunscrição de Évora e círculo de Estremoz.

As Câmaras foram autorizadas a lançar até 15% adicionais sobre as contribuições directas do Estado - predial, industrial e pessoal - para ocorrerem às despesas a seu cargo. As Juntas de Paróquia deu-se faculdade para lançarem da mesma forma até 3% e às Juntas Gerais de Distrito igual autorização para poderem pagar aos inspectores, subinspectores e escolas normais masculinas e femininas, o que trouxe ao povo a carga de mais 21%.

Esta reforma devia executar-se integralmente dentro de dez anos.

A Junta de Paróquia de S. Bartolomeu lançou os 3% no orçamento deste ano e a da Matriz 2% por não carecer de mais. Direi adiante o que se for fazendo neste sentido, mas antes disso consignarei aqui já o meu juízo a respeito desta reforma e é que o ensino das crianças (afora o vexame de ser obrigatório) vem a custar o décuplo do seu valor real.

XIX

O sorteio e apuramento de recrutas para o exército e armada tiveram lugar em 20 de Outubro conforme a novíssima lei de 28 de Janeiro de 1879. Sendo o contingente do nosso concelho de 15 recrutas, couberam 4 à Matriz, outros 4 a S. Bartolomeu, 3 a Bencatel, 2 a S. Romão, 1 a Pardais e outro às Ciladas, mas o de Pardais, conforme o sorteio, devia servir na armada e todos os mais no exército do continente.

O de Pardais foi isento porque apresentou em seu lugar um vadio.

As duas freguesias da vila abonaram-se alguns voluntários que tinham em efectivo serviço. Quanto aos mais, receberam as suas guias para se apresentarem à Junta Revisora de Évora.

Aqui (assim como nas mais cabeças de distrito), é de pasmarmos como se refugam imensos mancebos robustos e se aprovam outros incapazes do serviço militar... Não acrescento mais por me não alcuñarem de maldizente, ainda que falando sempre a verdade.

XX

Em 29 e 31 de Outubro executou José de Sousa e Figueiredo, quanto possível, o legado que em 1870 deixara José Honório para se vestirem 300 pobres de ambos os sexos, como noticieei noutro lugar. Quanto possível, disse eu, visto que um dos herdeiros dos remanescentes ainda não entrara com tudo o que devia para o seu inteiro cumprimento. Há meses que estava pronto o facto, calçado e chapéus e, receando o testamenteiro que a traça desse cabo do vestuário, determinou entregá-lo aos pobres recenseados para este fim, dando mil réis a cada um das sobras dos três contos legados pelo dito José Honório. Mais devia ser. Porém esse mais ficou reservado para depois de executado judicialmente o herdeiro devedor.

De Bencatel foram contemplados oito fêmeas e dez varões; de Pardais cinco varões e quatro fêmeas; alguns também das outras freguesias rurais; e o resto, isto é, a maior parte, foi da vila. Em 29 foi a distribuição às mulheres e em 31 aos homens. Coincidiu esta esmola numa época de agradecer porque o ano, como se tem visto e verá, foi péssimo.

Em Novembro começaram grandes obras no Palácio Real e suas dependências porque El-Rei D. Luís, na entrevista da inauguração do ramal de caminho de ferro de Cáceres, convidara El-Rei de Espanha Afonso XII para vir assistir em Lisboa à abertura da exposição de arte ornamental antiga e daí a uma caçada em Vila Viçosa.

O que se fez então foi o seguinte. Na traseira do primeiro andar da fachada principal do Paço dividiram-se as salas que ainda ali se conservavam com a feição primitiva desde a sala de Medusa até cerca da avenida do Arco da Porta de Ferro a fim de se acomodarem ali novos hóspedes. Continuou-se entre elas um corredor ao centro que já estava principiado, etc. De uma destas salas foi tirado um magnífico fogão de mármore branco e assente na sala do bilhar sobre o jardim do Bosque onde não o havia. Foram oleadas de novo as portas e janelas do Paço, mudando-se a cor verde, que assim era desde a primitiva conforme a etiqueta dos Braganças, para a cor de carvalho de fora (roxo escuro), o que tornou aliás triste a soberba perspectiva deste grande e nobre edifício. Nas janelas e portas do andar nobre incrustaram-se filetes doirados nas almofadas. Vieram de Lisboa muitas carradas de móveis, lustres e alcatifas. O lustre grande que está no meio da sala dos Tudescos chegou desta vez. Atraíram especialmente a atenção dos visitantes como singularidades alguns armários de talha antiga em pau do Brasil, envernizados. E eram trastes antigos restaurados, mas de grande valor artístico. Também veio uma grande mesa de pau ferro com seis pés destinada para o topo da sala dos Tudescos e alguns tamboretos antigos envernizados de novo, notando-se num as armas da Ordem Augustiniana e noutro umas armas de S. Pedro, etc.

Mas o que sobretudo causou pasmo nos visitantes do Paço foram quatro reposteiros de veludo carmesim, mandados para as quatro portas da sala dos Tudescos e com eles as competentes quatro canas de prata em que deviam estar suspensos... tudo tão conforme que parecia feito de encomenda. E assim era. Logo se publicou que aqueles reposteiros eram dali mesmo desde o tempo do Duque D. João II que depois se aclamou Rei com o nome de D. João IV, sendo -lhes agora reformado apenas o forro com paninho cor-de-rosa. Aquelas quatro peças deixaram a perder de vista quantos adereços e tapeçarias vieram agora de novo ou já cá estavam. Tinham ido para o Brasil em 1807 e, voltando ao Reino em 1821, conservavam-se em Lisboa. O centro deles é ocupado por

um grande brasão da Casa Real de Bragança, tendo o escudo em aspa quatro es cu de tes e entre eles a cruz verde da Ordem de Avis. Ao redor vê-se uma gran de cercadura de ramagens de fio de ouro, cujos pés saiem de umas carrancas, e duas cornucópias em cima com outras duas em baixo, sendo assim maior o es paço ocupado pela bordadura de ouro que o campo de veludo liso.

Vieram muitos bufetes redondos para cada aposento de fidalgos, sendo cobertos de lindos panos floreados, uns sobre azul e outros sobre encarnado, os quais se assemelhavam a xailes de senhora, mas de lã ou castor. Porém, aquilo comparado com os ornatos do Paço em tempo dos Duques, se bem que bonito era pobre. Quem lê as descrições do Paço que vêm na *História Genealógica* e eu já reproduzi no Tomo I ou analisa os reposteiros de D. João II (ou de seu pai), afirma logo que eles eram muito mais ricos do que os Reis modernos, seus netos.

As obras no Paço continuaram até à véspera de chegarem os Reis da península no mês de Janeiro seguinte e por isso vou continuar esta matéria dizendo o mais que é digno de especial menção.

As paredes da sala dos Tudescos foram forradas de papel muito grosso chamado *lin crust* e que imita o couro impressado. Mas, sendo a cor primitiva de le o castanho claro, foi cá substituída por outra de castanho escuro dando-se-lhe uma velatura de graná. Disseram que mil e tantos quilos de *lin crust* para esta e outras salas custaram alguns três contos de réis pagando ainda na alfândega de Lisboa de direitos de importação a quantia de 750\$000 réis! Não digo nada sobre o seu merecimento. Apelo para o tempo a fim de verificar se o tal papel duro ou cartão é ou não impermeável como se inculca, pois parece-me que além do defeito de ser estrangeiro tem também o de ter custado muito caro.

Tiraram-se das paredes, por defeituosos, os retratos de D. Maria I, D. João VI e D. Pedro IV, ficando unicamente no topo o do Príncipe D. José, irmão de D. João VI, por o julgarem o único digno de ser visto pelo Rei de Es panha e sua comitiva. A dita sala ficou agora com três lustres e bons.

A das Virtudes, que se lhe segue e onde está o piano de cauda de Herard, foi forrada com papel cor de cobre com relevos e puseram-lhe nos portados reposteiros de damasco encarnado, os quais dantes se punham na sala anterior.

Na de Hércules, que serve para asseio das damas, foram as paredes forradas de papel veludo, mas por cima tinha uma armação de panos de Arrás do tempo de El-Rei D. João V, onde me lembro de ver num local o ano da sua pin

tura (1730 e tantos). Nesta e na precedente estavam os dois armários antigos de talha em pau ferro de que já falei.

A do bilhar ou antiga câmara dos Duques teve as paredes forradas com o mesmo lin crust, porém com velatura de verde sobre a cor primitiva imitando o chagrim. A mobília era de carvalho do norte. As cortinas e reposteiros de veludo verde.

Agora pela primeira vez colocaram-se diante dos fogões de todas estas salas uns anteparos de pano bordado com ramagens de seda, suspensos num varão ou travessa apoiada em dois colunelos de ferro ou madeira, sendo os de madeira feitos pelos carpinteiros da terra. Chamam a isto *écrans*.

As janelas do primeiro andar dos Quartos Reais sobre o jardim do Bosque, onde só as quatro extremas dos aposentos da Rainha e Príncipes tinham vidraças duplas e inteiriças em cada porta, ficaram-nas tendo todas (são oito). As armações de paredes e tectos destes aposentos que já estavam desbotadas foram substituídas por outras novas, melhores e variadas.

Na casa de jantar onde havia no meio um grande lustre de pontas de gamo acrescentaram-se mais dois do mesmo gosto e multiplicou-se pelas paredes o número de placas formadas igualmente com pontas de veado e gamo. Serviram nesta ocasião pela primeira vez dois fogões de alvenaria abertos em Dezembro de 1880 nos topos da mesma casa. As cortinas e reposteiros, também novos, eram de uma droga chamada juta.

Para os Quartos Reais e salas do andar nobre da fachada vieram tapetes novos e bonitos.

No segundo andar ou alto, onde hoje há 42 aposentos para hóspedes fidalgos e pessoas de graduação, as paredes foram forradas com papéis novos, sim de menos valor que os do andar nobre, porém mais lindos em grande parte. Em todos os quartos de dormir havia cama com armação pendente do tecto, guarda-fato, cómoda com espelho de barbear, lavatório, cadeiras, "fauteuil" (cadeira de recosto) e capacho de cortiça estampada para os pés e alguns desses aposentos têm a sua saleta além do quarto de dormir.

O architecto que dirigiu as obras do Paço foi Henrique Carlos Afonso. Os coladores de papel, Augusto César dos Santos e Eduardo da Costa Belas. Os pintores, Manuel Félix das Neves e Domingos Marques dos Santos. Estes, porém, só trabalharam em velaturas e imitar pedra ou madeira, sendo o mais trabalho executado por carpinteiros e pintores da vila. O mestre de carpintaria e director dos artistas da terra foi o nosso patrício Joaquim António Rosa, Lérias de alcunha. E trabalharam também como pintores Joaquim Vicen-

te Nunes e Manuel Lima, etc.

Isto pelo que respeita ao Paço. Agora quanto ao Terreiro do mesmo Paço, direi que se gastaram ali (parece incrível!) dois contos e meio. Pretendeu-se aplaná-lo ficando quatro ruas ou passeios em redor e uma larga avenida ao través em frente da porta principal do Paço. E para isso foi mister cortar alguma coisa no chão da parte do norte e aterrar no centro e principalmente da parte do sul, acarretando-se terra do Terreiro de Santo Agostinho, junto ao lago, e bem assim do Terreiro de D. João e das meias luas ou baluartes da porta de Estremoz e do Poço do Concelho. Esta ficou já rasa do chão da Estacada. Em redor da quadratura collocaram-se quinze candeeiros para ser iluminado todo o Terreiro do Paço, aproveitando os quatro que já havia e que estanciavam mais perto do frontispício do Palácio. Arrancou-se a calçada antiga que corria ao longo do convento de Santo Agostinho, substituindo-se por Mac-Adam para melhor transitarem as carruagens. Derrubou-se a guarita de alvenaria que estava à esquina do chafariz de El-Rei. Abriu-se af uma sarjeta para as águas que vêm de cima e outra em baixo defronte da Igreja de Santo Agostinho. Desapareceu o poial de mármore que estava arimado ao jardim do Bosque chamado há muito o *poial das mentiras* - e isto por ter de ser ali rebaixado o terreiro. Estas obras foram feitas à custa do Estado pela repartição das obras públicas e vinha de Évora o pagador do Distrito a satisfazer de quinze em quinze dias as jornas de trabalhadores, calceteiros, carreiros, etc. O juízo que então fizeram os mais cordatos Calipolenses foi que a obra não valia o dinheiro que custou. Embora se cortasse alguma coisa no Terreiro da banda do norte e se conduzisse essa terra para a parte do sul, mas gastar tanto dinheiro em acarretos de terra e também de entulhos que para a superfície vieram do convento da Esperança, foi despesa inútil ou quase porque os accidentes do Terreiro eram quase imperceptíveis. Também foi geralmente reprovada a avenida quase central, fronteira à porta do Paço, porque bastavam as laterais, além de que primeiro começaram-na enviezada junto ao chafariz. Por último disseram alguns patricios e com razão que elevando-se o solo do Terreiro tirava-se alguma elegância à perspectiva do Paço.

Por conta do Ministério da Guerra começaram a consertar-se as duas cavaliariças grandes da Ilha que serviam a Cavalaria nº 3, mas a 17 de Dezembro pelas onze horas da manhã chegou um telegrama de Lisboa para serem suspensas estas obras quando a cavaliariça de D. João V (ou a mais pequena, porém mais sumptuosa) estava quase pronta de telhados e calçada porque chegaram a

andar nela setenta artistas. Vindo, porém, de Lisboa uma companhia de sapa-
dores continuaram as ditas obras, ainda que lentamente. A 10 de Janeiro se
guinte veio outra companhia de sapadores e ordem para se chamarem outra vez
os carpinteiros e alvenúes da vila e arredores para se tapar a cavalariaça
grande ou de D. José que ficara desarvorada e conseguiram acabar o telhado
em três dias.

Falou-se em consertar igualmente o convento de Santo Agostinho que serve
de quartel militar. Porém, muito pouco lá se fez. Este era destinado para
Cavalaria nº 3.

Restava arranjar outro quartel para o Batalhão de Caçadores nº 5 que ha-
via de chegar de Lisboa. Lembrou-se alguém, e com juízo, de ir este último
para o castelo ou cidadela para não ser o povo incomodado com aboletamentos
e portanto em 11 de Janeiro foram embargados muitos carros da vila para irem
a Elvas buscar enxergões e cabeçais e se dispor ali o dito quartel.

E bastará o que fica escrito com respeito a preparativos para a recepção
dos Reis da península hispânica. O mais será relatado no anal seguinte.

XXII

A colheita de azeitona foi escassíssima... tão escassa como ainda não
conheci ainda outra na minha vida, e nem por isso pagaram cada alqueire de
azeite por mais de 1:300 réis. Quase metade dos lagares não se abriram por
não quererem os seus donos pagar a respectiva contribuição predial, sendo
mesquinhos os seus ganhos. A maior parte das pessoas que tinham um até dois
olivais foram-lhes apanhar o fruto com a gente da família.

Por isso mesmo este ano ficou sendo notado como o mais miserável de quan-
tos anos estéreis temos presenciado. Se alguma vez faltaram os cereais, não
faltou a uva ou a azeitona. Porém neste ano de 1881 tudo faltou, sendo a
escassez da última o que trouxe os piores males, pois devendo entreter-se o
povo com o apanho da azeitona mês e meio ou dois meses gastaram-se com isso
duas ou três semanas somente admitindo apenas determinadas pessoas e não to
das quantas pretendiam trabalho. Admitindo-se indistintamente homens e mu-
lheres apanhava-se a azeitona em dez dias.

Valeu-nos todavia muito a Providência com as obras do Paço e seu Terrei-
ro e os lanços da estrada distrital nº 106. Inácio da Silveira também fez

benefício aos trabalhadores e aos seus interesses principiando uma bacelada na quinta da Barradas e entretendo ali mais de dois meses quarenta e tantos homens com o jornal de 240 réis.

Assim mesmo os trabalhos de amanho de vinhas começaram logo em Janeiro e o resultado foi faltar ocupação aos trabalhadores pela Páscoa do ano seguinte. O pão encareceu como já disse atrás, porém o pior foi a falta de dinheiro nos proprietários e de trabalho nos jornaleiros.

XXIII

O que precede leva-me outra vez a bater no livre câmbio ou liberdade de comércio. Quase tudo o que se vende nas nossas lojas de capela, mercearia, quinquilharias e ferragens é estrangeiro e não fabricado na terra ou sequer no Reino. Portanto, logo que haja esterilidade nos frutos dos nossos campos ou depreciação no seu valor estamos sem vintém quando outrora não acontecia assim.

Veja-se a estatística oficial da importação e exportação do Reino e Ilhas Adjacentes neste ano de 1881:

Importação	35.810:493\$005
Exportação	<u>20.603:732\$000</u>
Diferença contra nós	15.206:761\$005
Se tirarmos daqui os direitos cobrados pelas alfândegas	<u>13.707:656\$297</u>
achamos ⁽¹⁾	1.499:104\$708

de numerário que diminuiu no Reino passando às mãos dos estrangeiros, salvo o ganho dos grandes comerciantes.

E a dita diferença contra nós é maior pois só pela raia espanhola importamos imensas drogas e tabaco do reino vizinho de que se não pagam direitos nem na centésima parte e outro tanto sucede nos mais portos secos e molhados por todo o Reino. Por tal razão só as grandes casas comerciais de Lisboa, Porto e outras praças de comércio têm dinheiro presentemente porque cobram com o negócio os interesses da importação, da mesma sorte que o Gover-

(1) Estes algarismos recopilei eu da "Nação" de 9 de Fevereiro de 1882 e são extraídos do "Diário do Governo".

no Central com as pautas das alfândegas.

E não só diminui o numerário no Reino por causa do excesso da importação sobre a exportação, mas também por causa dos juros da dívida pública externa e das agências encarregadas de os pagar lá fora. Esses dados oficiais tenho eu já coligido para figurarem no anal seguinte completando esta matéria que dá a razão do empobrecimento actual da Nação Portuguesa.

XXIV

Visto faltarem já as taxas da almotaceria subsistindo apenas as estivas camarárias para a substituição de dinheiro em pagamento de géneros devidos por contrato e querendo eu instruir bem os meus leitores sobre os preços correntes dos géneros e comestíveis como fazia nos antigos tempos, vou transcrever de um jornal de Elvas⁽¹⁾ uma estatística oficial desses preços relativa a 31 de Dezembro deste ano. E faço-o assim porque tais preços não diversificam dos de Vila Viçosa e em todo o caso é um documento não fabricado por mim. Veja-se:

Azeite	decalitro	1\$600
Feijão branco	"	480
Dito amarelo	"	480
Dito frade	"	300
Azeitona de conserva .	"	600
Passas de figo	"	600
Bolotas	"	200
Nozes	"	400
Castanha seca	"	450
Dita verde	"	200
Farinha de milho	"	300
Linhaça	"	400
Arroz	"	800
Amêndoa doce	"	360
Milho grosso	"	240
Dito miúdo	"	240

(1) *Sentinela da Fronteira* nº 87.

Mosto	decalitro	320
Vinho	"	500
Aguardente	"	1\$110
Vinagre	"	280
Carne de chibato	quilograma	160
Carne de vaca	"	260
Romãs	cento	600
Marmelos	"	1\$000
Peros	"	600
Maças	"	600
Carne de porco	15 quilos	3\$300
Fio de pimentões	(com 25)	70
Linho em pedra	1\$200

CAPITULO CXLIV

Retrospecto dos tributos lançados neste concelho desde o ano de 1834 até agora.

I

Visto acharem-se perto do fim as nossas *Memórias Gerais*, é já tempo de lançarmos um golpe de vista retrospectiva sobre os impostos que desde 1834 se têm pago ao Estado para nos benzermos de espanto em presença de tão horroso quadro.

Já tenho dito o bastante sobre as contribuições municipais e por isso mesmo guardarei apenas para o fim deste capítulo a soma delas, juntando igualmente o que neste ano se pagou ao distrito e à paróquia.

Para a execução deste pequeno trabalho aproveitei-me dos conhecimentos ou recibos que tenho em casa e principalmente do manuscrito de Caetano Alves intitulado "*Considerações sobre os impostos, particularmente respectivas a alguns do Concelho de Vila Viçosa*" e oferecido em 1860 à Câmara Municipal em cujo cartório se conserva. Mas, para dar mais cabal noticia da situação presente, foi-me preciso recorrer a um amigo que me alcançasse as notas officiais das estações competentes.⁽¹⁾

O que vou, pois, expender não é como deveria ser, mas como pôde ser.

Afigura-se-me a questão dos impostos à maneira de um incêndio que, começando em pequenas proporções, gradualmente se desenvolve e chega a ser assustador por uma voracidade insaciável.

II

Em 1835 e 1836 houve só duas contribuições directas que foram a Décima Predial e o Maneio, faltando apenas o Cabeção que fôra extinto como dito

(1) A.A. Cabral.

é noutra lugar. Advirto porém que os bens das capelas do Estado, assim como os bens eclesiásticos, pagavam Quintos ou décimas dobradas. Nos ditos anos foram os lançamentos feitos pelo Recebedor António Dias Ródão que da mesma sorte passou ou fez passar os conhecimentos ou recibos assinando-os ele somente.

Décima predial e quintos de 1835 3:308\$432

Qual a soma do maneoio, não sei dizer e apenas posso constatar que um artista pagava 300 réis por ano.

1º semestre de 1836: Décima predial e quintos 1:530\$995

Passou então a cobrança dos rendimentos da Fazenda Nacional a ser feita por anos económicos, pagando-se os tributos aos semestres.

Décima predial e quintos de 1836-37 3:724\$071

Desapareceu neste ano o maneoio por ser transformado em Décima industrial. Os recibos modelos do primeiro semestre de 1837 contêm já 3 designações, a saber: Décima, Quinto e o Novo Imposto. E os do segundo semestre exigem como "anexos" à Décima 3% de prédios e fábricas, 4% das rendas de casas, quinto e imposto de criados e cavalgadas... Aqui temos pois em germe a "décima pessoal" que hoje assenta sobre renda de casas e o sumpto (luxo ou trato luxuoso).

Os recibos de 1837-38 são já mais desenvolvidos, contendo as seguintes verbas: Décima de prédios, de foros, de juros, industrial e 3% adicionais. Agora, sim, que estava regularizada já a cobrança dos impostos para o Estado. A contribuição predial foi igual à do ano pretérito.

Em 1838-39 foram quatro as contribuições directas, isto é, sobre prédios, foros, juros e indústria com os anexos de 3% de prédios e fábricas, 4% das rendas de casas, quinto e imposto de criados e cavalgadas. A soma do predial foi de 3:948\$428

Deste ano até ao de 1856 não fez diferença notável o contingente da décima predial, variando sempre entre os 3 e 4 contos e por isso abstenho-me de lançar aqui as suas cifras que aliás se encontram no manuscrito de Caetano Alves.

Continuaram os mencionados impostos sem alteração até ao ano de 1843 no qual, por carta de lei de 10 de Julho, se criou o "selo do conhecimento", isto é, o selo do recibo do Estado equivalendo isso a uma contribuição industrial de pagador de tributos. Este selo, que ficou até agora, era de 10 réis até 1\$000, de 20 até 3\$000 e de 40 daí para cima. Porém, foi posteriormente reformada a sua tabela, de sorte que hoje em 10:000 réis paga-se 200 de selo desta espécie.

Em 1844-45 apareceu pela primeira vez o imposto de viação, constante de um quinto adicional, afora outro quinto novo, ficando assim formulados os modelos dos conhecimentos:

Décimas de prédios
 Décima de foros
 Décima de juros
 Décima de indústria
 Imposto de criados e cavalgaduras
 Imposto de fábricas
 Imposto de quinto
 Adicional de 5 por cento
 Adicional do quinto para estradas
 Selo do conhecimento

Começava a alargar-se a rede tributária durante o Ministério Costa Cabral.

Em 1845-46 foi suspensa a contribuição para as estradas, mas em 1846-47 principiou um adicional variável para amortização de Notas do Banco de Portugal.

Em 1847-48 pagam-se umas quotas anexas. Faz-se lançamento apartado para o segundo semestre para de 1849 em diante serem os tributos cobrados por anos civis.

Ano de 1849. Cria-se a Junta dos Repartidores e é primeiro secretário dela José Elizardo Pombeiro, deixando tal serviço de ser feito pelo escrivão da Administração do Concelho.

Ano de 1850. Vem José Maria Ramires por Escrivão de Fazenda a fim de

se estabelecer uma Repartição privativa da cobrança de impostos para o Estado. Reaparece o imposto de viação num adicional de 15% e desta vez fica permanente, salvo o acréscimo da percentagem. O adicional para amortização de notas foi de 5%, mas em 1851 foi elevado a 20. No futuro regulou por 5.

Em 1854 acabou a décima com este nome para tomar o de contribuição predial de reparto para ficar sendo um tributo elástico e não restrito à décima parte do rendimento colectável e lançou-se de novo o adicional de 2% para falhas. Fizeram-se novas matrizes prediais que servissem de base para o lançamento desta contribuição e somou o rendimento colectável de todos os prédios do Concelho em 40:961\$613 isto é, quase 41 contos, o que era muito mais do que estava nas anteriores matrizes. Assim, pois, mediante a percentagem de 8,25 ou menos de décima foi a contribuição predial neste ano:

Verba principal	3:379\$333
2% para falhas	67\$586
15% para estradas	<u>506\$899</u>
Soma	3:953\$818

Em 1856 o rendimento colectável subia já a 41:151\$624

Em 1859 acresceram 2% adicionais conforme a lei de 14 de Agosto do ano precedente, somando a contribuição predial com os seus anexos em
..... 4:556\$953

Afora isto, pagou-se mais 10% para amortização de notas e foi (salvo erro) o último ano desta contribuição.

Subsistiam (já se vê) as outras contribuições de foros, juros, indús - tria e imposto de criados e cavalgadas, cuja soma total não me é possível apresentar.

Em 1861 o imposto de viação passou de 15 a 20%.

Em 1869 dobrou, ficando em 40%. Neste mesmo ano criou-se a "contribuição especial" ou "dobrada" para os prédios que andassem fora das matrizes vigorando sempre do mesmo ano em diante. Ora, a maior parte desses prédios omissos na contribuição andavam fora das matrizes por incúria dos Escrivães de Fazenda que os omitiam por esquecimento seu na confecção das ma

trizes novas. E como os proprietários recebiam um só conhecimento da sua contribuição predial, ignoravam a exclusão de tais prédios. Por tal motivo estabeleceu-se depois que no conhecimento se declarasse o número de prédios colectados, o que todavia não satisfiz ainda pois o melhor seria cada contribuinte receber tantos conhecimentos quantos os prédios colectados. Mas, como isto é questão de trabalho, não o fazem nem mandam fazer. Há muitos prédios anexos que se podem contar por 1, 2 e mais e tem acontecido pagar um contribuinte por prédios alheios sendo aliás omitidos alguns dos seus próprios, o que somente se evitava recebendo conhecimentos aparta dos em que se especificasse cada prédio porque logo o contribuinte dava pe lo erro.

Desde então até ao presente ano de 1881 ficaram assim estabelecidas as contribuições directas:

Predial (geral)

Contribuição especial

Industrial

Pessoal - Renda de casas e sumptuária

Foros

Juros, empréstimos e estimacões de heranças

Com os adicionais de 40% para viação; 2% para falhas; e selo do conhecimento. (Quanto aos adicionais da viação distrital, do imposto municipal e dos paroquiais, não os menciono aqui por querer classificá-los em ca pítulos separados).

O prazo de pagamento das contribuições directas para o Estado é de 2 a 31 de Janeiro - prazo a que chamam de *pagamento voluntário*. Findo este pra zo, pagam mais 3% os que satisfizerem as suas colectas no mês de Fevereiro e daí em diante ficam sujeitos ao pagamento do juro de 6% ao ano pela mora (Regulamento Geral de 4 de Janeiro de 1870).

Veja-se agora um mapa das contribuições directas pagas ao Estado pelo concelho de Vila Viçosa no ano de 1881, começando pela contribuição predial. Neste mapa vão os algarismos curiosos do número de prédios que exis tem na circunscrição de cada Freguesia e o rendimento colectável de cada uma delas. Ei-lo:

Designação das Freguesias	Nº de prédios inscritos nas matrizes	Rendimento colectável destes prédios	Contribuição predial no ano de 1881	TOTAL
Matriz	1 956	24 702\$972	2 948\$893	
S. Bartolomeu	492	5 463\$949	652\$264	
Bencatel	323	8 107\$579	967\$923	
Pardais	238	4 414\$165	526\$918	
S. Romão	156	9 423\$602	1 124\$917	
Ciladas	60	20 589\$720	2 457\$894	
Somas	3 225	72 701\$987	8 678\$809	8 678\$809

ADVERTENCIAS:

O rendimento colectável das novas matrizes ultimadas em 1879 somava em 80 921\$974 como disse atrás. Porém diminuiu em consequência das reclamações dos proprietários (8 contos). Porém no seguinte ano de 1882 procedeu-se a uma nova revisão das matrizes a fim de elevar o rendimento colectável dos prédios que se julgassem abaixo do seu rendimento verdadeiro e nunca de abater as quotas...

Nas colectas supra mencionadas entram já os adicionais para o Estado e o adicional de 8% para a viação distrital que somou em 642\$869 réis.

Contribuição industrial

Desta, assim como da pessoal, não tenho a distribuição por freguesias mas em globo. A sua soma é de 1 234\$624.

Contribuição pessoal ou de renda de casas e sumptuária

Soma das 6 freguesias	884\$743
Décima de juros	613\$662
Selos dos conhecimentos	<u>126\$364</u>
Total	11 538\$202

Total	11 538\$202
Deduzindo os 8% para a viação distrital sobre as três pri meiras contribuições directas	<u>796\$804</u>
Fica líquido para o Estado	10 741\$398

Contribuições indirectas

De registo por título oneroso (sisa)	1 763\$942	
De registo por título gratuito	535\$950	
Real de água ⁽¹⁾	730\$061	
Papel selado	212\$775	
Selos de estampilha (não do correio)	178\$680	
Imposto de selo a óleo em licenças de porta aberta	36\$800	
Dito para venda de tabaco	72\$200	
Dito em letras da terra ou de câmbio	97\$190	
Direitos de mercê	257\$500	
Selo de verba (lançado à pena)	61\$545	
Receita por decreto de 3 de Dezembro de 1868	12\$800	
3% de dívidas	32\$292	
6% de juros de mora	15\$090	
Imposto de rendimento (criado em 1879)	<u>15\$894</u>	4 022\$719
Total das contribuições directas e indirectas para o Estado		14 764\$117

Estas contribuições são as que se pagam na Recebedoria do Concelho e cuja cifra podemos verificar. Há outras indirectas, como a do tabaco e da pólvora, que são pagas logo nas suas fábricas pelos donos das mesmas e que não nos é possível calcular quanto ao contingente do nosso Concelho. Encontram-se trabalhadores pobres que fumam diariamente 40 réis e mais de tabaco e portanto parece-me que só neste artigo vimos a pagar tanto de direitos quanta é a soma de todas as contribuições directas e indirectas.

(1) É de 10 rs. em Kg. de arroz descascado e carnes; de 7 rs. em litro de vinho e vinagre; de 50 rs. em dito de bebidas alcoólicas (aguardente, etc.); de 10 rs. em dito de bebidas fermentadas e azeite de oliveira (Regulamento de 29 de Dezembro de 1879).

Na Recebedoria do nosso Concelho entram ainda diversos rendimentos que não são tributos mas rendas pertencentes às comunidades religiosas extintas e que ainda não foram "desamortizadas". Como tenho notas de tais quantias, af vão como curiosidade:

Rendimento das Freiras Pobres ⁽¹⁾	81\$780
Foros	303\$349
Rendas	133\$061
Juros	17\$650
Total	535\$840

II

Contribuições distritais

Para a viação do distrito (8%)	796\$804
Outras satisfeitas pelo cofre do município, além do contingente para a criação dos expostos	

III

*Contribuições municipais**DIRECTAS*

Imposto municipal de 30%	3 000\$411
Dito sobre os carros	

(1) A capela das Freiras Pobres foi instituída no século XVIII por António de Abreu Freire Lobo e é administrada pelo Convento da Santa Cruz. Ultimamente eram só duas as Freiras pobres ou sem tença e, como faleceu uma delas, a Madre Mariana Xavier, o Governo mandou arrecadar para si, como herança dela, metade dos juros de inscrições que ela estava recebendo.

CAPITULO CXLV

Crónica do ano de 1882.

Visita da Família Real Portuguesa e dos Reis de Espanha. Diminuição do imposto municipal sobre o consumo de vinho. Estiagem. Duas posturas novas. Calvário da Via-Sacra do Carrascal. Arborização deste ano. Festas da semana santa. Festa nova de S. José. Reflexões sobre o empobrecimento da vila e do Reino e notícia da dívida pública de Portugal. Relógio público em Bencatel. Pleito sobre o domínio do Terreiro do Paço. Nova contribuição de 6% adicionais a todos os impostos do Estado, excepto juros. Procissão de Corpo de Deus. Exames de instrução primária. Frutos abundantes no estio. Olheiro das obras municipais. Reparo da torre do Caracena. Conclusão dos primeiros três lanços da estrada distrital. Terreiro ou eirado novo junto aos Capuchos. Festas da Lapa e do Senhor da Piedade e seus bazares. Preço da uva. Contingente de recrutas. Importantes obras na Matriz. Colheita farta de azeitona e preço do azeite.

I

O acontecimento mais importante deste ano e sobre que os leitores já estão esperando notícias é a vinda de El-Rei D. Luís a Vila Viçosa com o Rei de Espanha Afonso XII para o divertir com uma caçada como os Duques de Bragança costumavam fazer antigamente aos seus hóspedes e amigos.

O facto de vir à nossa terra o Rei da nação vizinha causou extraordinária comoção nos povos do Alentejo e Estremadura Espanhola, fazendo isso correr muitas famílias de Elvas, Campo Maior, Monforte, Estremoz, Alandroal, Olivença, etc., de sorte que se alugaram quartos na nossa vila por 12\$000 réis e ainda muitos forasteiros se hospedaram em casa de pessoas com quem tinham relações de amizade - aliás cresceria o preço dos alugueres de pousada.

Com antecedência mandou a Câmara apregoar o cumprimento da Postura que impõe a obrigação de se caiarem as frontarias das casas de dois em dois anos e em verdade a maior parte das habitações urbanas foram branqueadas ao uso da terra e limpas as sujidades em ruas e largos públicos mostrando-se

muito alegre e vistosa a nossa vila.

Na segunda-feira, 16 de Janeiro, próximo às cinco horas da tarde, chegaram Suas Majestades Fidelíssimas e Católicas ao Terreiro do Paço em trens que os esperavam já na estação do caminho de ferro de Estremoz. Ao marco de Borba estava a girândola do costume para dar sinal às torres, indo até lá o Administrador do Concelho a cavalo, vestido de Moço Fidalgo com o seu Escrivão e oficial de diligências. E desde aí até à porta do Nó estendiam-se, de cada parte da estrada, os Cabos de polícia (paisanos) com os seus Regedores incluindo os das Freguesias rurais que também foram convocados. A porta do Nó tinha em cima duas bandeiras, uma com as Armas Portuguesas em pano azul e branco, e outra encarnada e amarela no centro com as Armas Espanholas, ficando entre ambas o candeeiro da iluminação geral da vila, o que foi um obséquio da Câmara para com os Reis Católicos, mas não bem visto dos incorrigíveis amadores do que só é nacional. Daí até ao canto do Chafariz de El-Rei, com as costas no Jardim do Bosque, estava formado em duas filas o Batalhão de Caçadores nº 5 que chegara na véspera à noite. A porta do Paço achava-se a Câmara com o Clero e Autoridades aguardando os Régios Hóspedes. No meio do Terreiro estavam as duas Filarmónicas da terra. A concorrência de povo era imensa. Um novo esquadrão de Cavalaria nº 3 veio de Estremoz galopando adiante e atrás do cortejo com grande incómodo de cavalos e soldados. Apenas subiu aos ares a girândola do marco de Borba, rompeu suas toadas o carrilhão da Capela Real, seguindo-se-lhe as mais torres da vila. E quando entraram os coches no Terreiro do Paço começaram a estoirar compassadas 21 bombas-morteiros de dinamite que eu ouvi aqui em Bencatel escrevendo à banca nestas *Memórias*; e ao mesmo tempo subiram aos ares imensos foguetes de sorte que o oficial de diligências da Administração do Concelho, levantando à porta do Paço vivas aos Reis Portugueses e Espanhóis e respondendo-lhe os Polícias Cíveis e as Autoridades, não foram ouvidos pela maior parte do concurso do povo. Tal era a bulhaça de sinos, foguetes e filarmónicas!

El-Rei D. Luís, depois de subir aos seus aposentos com a mais família e seus hóspedes, voltou em breve à sala dos Tudescos para receber os cumprimentos da Câmara, Clero e Autoridades e logo se recolheu outra vez para sair ainda à Tapada com o Rei de Espanha e o Príncipe Real D. Carlos. Confundiram-se as ordens para que ficasse um coche à porta do Paço e porque se tinha retirado já romperam a pé os dois Reis por entre a multidão, passando por detrás do Batalhão de Caçadores desapercibidos da maior parte do

povo. Fizeram alguns tiros e trouxeram ainda um gamo, apesar de caçarem apenas meia hora porque escureceu logo o dia. Quando voltaram estava já um coche à porta da Tapada para os reconduzir ao Paço.

No dia seguinte, 17, às nove horas e um quarto da manhã tornaram à caça de gamos e veados, levando também consigo alguns Fidalgos Portugueses e Castelhanos. El-Rei D. Luís matou um veado e um gamo. D. Afonso XII, um gamo. O Príncipe D. Carlos, um gamo. E os convidados, nove. Era meio dia quando vieram almoçar. Depois das duas horas da tarde tornaram ao mesmo exercício em que se demoraram até às seis horas, sendo grande o número de convidados varões e concorrendo também as Rainhas com muitas damas. Os homens foram uns a pé, outros em cavalos, outros em coches ou nos carros plateias que estão há muito nas cocheiras da Ilha. El-Rei de Espanha foi a cavalo e El-Rei D. Luís também, assim como o Príncipe Real. Mataram-se vinte gamos e cinco veados, sendo onze nas esperas onde estavam os dois soberanos.

Eu estive nesse dia em Vila Viçosa para observar aquele espectáculo e não escrever só por informações a este respeito. O concurso de espectadores forasteiros era imenso: desde a Tapada até ao Terreiro do Paço e daí pela Corredoura até à Praça Nova, assim como na Ilha e no Reguengo e jardim grande (que estava aberto), acotovelava-se a gente uma à outra como succede sempre ao alto do Colégio na feira de Maio.

El-Rei Afonso XII foi à Tapada na última vez com um traje muito simples: vestia uma jaqueta melada e abotoada, levando na cabeça um chapéu pardo muito usado, mas fazia boa figura por ser esbelto e montar com desempeno do corpo. Demorara-se ele em Lisboa por causa dos festejos um ou dois dias mais do que tinha destinado e por isso limitou a sua demora em Vila Viçosa até à manhã seguinte em que partiu com a sua comitiva para Elvas às oito horas, fazendo caminho por dentro da Tapada onde o Príncipe D. Carlos e os Infantes D. Afonso e D. Augusto o acompanharam até à porta da Albufeira. Ao mesmo tempo marchou El-Rei D. Luís para Lisboa a buscar outros convidados em lugar dos Espanhóis que se tinham ido.

Contaram-me que dois Espanhóis deitando-se a dormir a sono solto acordaram quando o seu Rei se tinha já retirado. Então Sua Majestade a Rainha D. Maria Pia mandou meter num coche duas éguas suas muito estimadas para os levarem à estação de Elvas. Correram, correram tanto que ao voltarem adoeceu uma em Vila Boim de onde teve de vir já em cima de um carro e a outra adoeceu também, morrendo por fim ambas ou uma pelo menos.

De tarde caçaram os dois príncipes com seu tio D. Augusto, mas somente caça miúda.

No dia 19 fez o Batalhão de Caçadores exercício no Carrascal, divertindo-se o povo com isso. O Príncipe D. Carlos e mais dois convidados foram de manhã atirar na Tapada à caça miúda. Segundo os telegramas enviados à redacção da *Sentinela da Fronteira* de Elvas pelo nosso conterrâneo Agostinho Augusto Cabral, o Príncipe matou um gamo, uma raposa, um coelho e duas perdizes, sendo o total da caça morta nesta manhã: dois gamos, dez perdizes, três coelhos, uma raposa e um abibe. De tarde foram os dois príncipes a Montes Claros com o seu tio D. Augusto.

No dia 20 o Príncipe D. Carlos e seu augusto irmão caçaram dois gamos, um coelho e uma perdiz de manhã. Ao meio dia assistiram com sua mãe à missa da Capela que foi aplicada pela mãe da Rainha como ela recomendara por ser este dia aniversário da sua morte - o que já fizera anos antes em Vila Viçosa. Próximo às quatro da tarde chegava El-Rei D. Luís de Lisboa trazendo 28 convidados. A Rainha mandou neste dia distribuir pelos pobres a carne de cinco gamos.

A 21 pelas dez horas da manhã desceu El-Rei com a Rainha e o Príncipe D. Carlos para o Reguengo onde se detiveram a espaiar, mas ocorrendo -lhes passar ao campo do Carrascal, abriram uma das portas e saíram do Reguengo sem que ninguém o suspeitasse no Paço e menos ainda o povo que divagava pelo Terreiro na forma do costume, porquanto conservava-se arvorada a bandeira vermelha contra a pragmática. Depois de passearem pelo Carrascal os três Régios personagens, El-Rei de boné embrulhado num prussiano de agasalhar, a Rainha apoiando-se num guarda-chuva e o Príncipe vestido à secular também, passaram à rua das Cortes e foram descendo até à Corredoura sem que nem os soldados de Caçadores lhes fizessem continência por não os conhecerem. Da Corredoura desceram até à Igreja de Santo Agostinho e só af de relance os conheceram alguns passeantes, mas eles entraram para a dita Igreja que estava aberta e El-Rei fechou a porta por dentro para estar à sua vontade sem testemunhas de vista. Supôs-se que isto fôra para andar lendo letreiros e epitáfios dos Duques de Bragança e recordando ao Príncipe aqueles seus avós. À saída eram esperados por muita gente que lhes beijava as mãos. As duas horas da tarde partiram para a Tapada com os novos convidados de Lisboa, regressando às seis. Mataram 16 cabeças, das quais El-Rei abateu dois gamos, a Rainha um e outro o Príncipe.⁽¹⁾

(1) *Sentinela da Fronteira*, nº 85 de 22 de Janeiro.

Em 22, que era domingo, ouviram Suas Majestades e Altezas missa na Capela Real. As duas horas foram para a Tapada onde mataram 16 cabeças, sendo mortas por El-Rei duas e pelos convidados catorze. (1)

Em 23 foram mortas dez cabeças, matando El-Rei duas. As sete horas e meia da tarde recebeu Sua Majestade a Câmara que fôra cumprimentá-lo e entregar-lhe uma petição para tornar para Vila Viçosa o Regimento de Cavalaria nº 3 ou qualquer outro da mesma arma. El-Rei convida para o jantar o Presidente da Câmara José de Sousa, o Vice-presidente Tomé de Sousa e o Administrador do Concelho Diogo de Castro. Tornando estes depois da mesa a falar com El-Rei, ouviram-lhe dizer (segundo me constou) que em regressando para Lisboa trataria com o Ministro da Guerra de dar despacho à petição recebida, parecendo-lhe que nenhuma dúvida haveria nisso. (2)

A 24, apesar de estar chuvoso o dia, foram também caçar. El-Rei matou duas cabeças. Outras tantas a Rainha e os convidados 21.

No dia 25 subiram a 30 as cabeças abatidas. El-Rei matou três e a Rainha igual número. (3) Na volta da caçada foram visitar os dois restantes conventos de Religiosas. Mas, por ser já tarde, não encontraram aberta a portaria da Santa Cruz. As oito horas da noite foi a Câmara com as Autoridades militares a despedir-se de Suas Majestades que tencionavam retirar - se no dia seguinte. E assim foi. Partiram para Estremoz em 26 depois das onze horas da manhã, durando assim esta diversão dez dias.

Notou-se não ir desta vez a Família Real visitar a Padroeira do Reino. E também o não vir El-Rei pai D. Fernando como sempre costumava.

Acompanharam El-Rei nesta digressão os personagens das outras vezes, salvas pequenas diferenças. Dos cartões afixados nas portas dos aposentos pelo Aposentador, tomei nota dos seguintes quando ali fui no dia 31: Duques de Loulé e Palmela, Duquesa de Palmela e filha, Marqueses de Fronteira e Alvito, Luís Lobo da Silveira (Alvito), Conde das Galveias (D. Francisco) e duas filhas, Conde e Condessa de Ficalho, Conde da Torre, Condes de Resende, Conde de Mafra D. Francisco de Melo, Viscondes de Moçâmedes, Reguengos e Seixal, D. Pedro José de Noronha, D. Dinis de Almeida, D. Caetano de Bragança, Victor Moreira, Dr. Barbosa (médico), Carlos Roma do Bocage, etc.

(1) *Ibid.* nº 86.

(2) *Mas houve...*

(3) *Sentinela da Fronteira* nº 86.

Depois de se retirar a Família Real continuaram ainda no Paço as obras de carpintaria, assim como a oleação das portas interiores para ficar tudo igual ao exterior (roxo escuro fingindo madeira): em verdade feio e adverso à tradição de quase três séculos em que era verde a etiqueta das cores do mesmo Paço como designativa do "direito e aução" dos Senhores de Bragança na sucessão do Trono Português como diz o nosso Paulista Frei Manuel Calado.

II

Chegou ao meu conhecimento nesta primavera que a Câmara tinha reduzido o imposto municipal sobre o consumo de vinho de 10 a 5 réis por litro em razão de lho rogar assim o Escrivão de Fazenda Joaquim José Fernandes no pretérito ano, fundando-se ele em que, sendo o Real de água para o Estado somente de 7 réis por litro, era maior o imposto municipal e os taberneiros falsificavam muito os manifestos reduzindo-os ao dízimo do vinho realmente vendido ao miúdo. Não é, porém, com estes meios que o Real de água nesta parte se torna mais rendoso porquanto se alguma coisa lucrou assim a Fazenda Nacional perde-o a Câmara concerteza, visto que os taberneiros hão-de sempre fugir aos impostos o mais que puderem. Se vigorassem os manifestos gerais no tempo de S. Martinho, como outrora estabelecera o Marquês de Pombal (tosquiador excelente da lã do povo), então sim que não se escapavam e o Real produziria o quádruplo ou quintuplo.

III

Este ano teve uma temperatura avessa do anterior. Todo o inverno foi estiado e até mesmo nas sementeiras de 1881 choveu pouco, nascendo por isso mal as searas. Como porém o nosso território não gosta de muita chuva no inverno, as searas criaram-se bem, exceptuando-se unicamente os centeios e as vinhas e arvoredos apresentaram-se com farta eflorescência prometendo tudo abundantes frutos. Só em Maio (a 18) começaram a cair alguns temporais, mas levantaram logo como é próprio da quadra. Do S. João em diante

ficaram moendo as azenhas só com meia água até pararem de todo em Setembro. Falharam as chuvas abundantes no outono e fez-se a sementeira deste ano ain da com menor humidade do que a do ano anterior. Só em Janeiro seguinte re começaram a moer as azenhas.

IV

Em 28 de Março adicionou a Câmara ao Código de Posturas duas outras novas disposições com pena de mil réis: a primeira proibindo o trânsito de carros pelo meio do Terreiro do Paço por cuja razão se colocou uma tabuleta em frente da rua dos Fidalgos e outra ao pé do Chafariz de El-Rei indicando a proibição mencionada; a segunda vedou que se desse água a parelhas engan chadas nos carros. Depois de aprovadas ambas pelo Conselho de Distrito, fo ra m publicadas por editais nos lugares públicos do costume.

V

Em 13 de Março foi apeado o calvário da via sacra do Carrascal que estava defronte da porta da Igreja de S. José. Ignoro a razão por que assim o dispôs a Câmara ou o seu Fiscal. Ali não estorvava o trânsito e se no ali cerce dos pedestais das três cruzes havia defeito, bem fácil era de reme diar pois estavam assentes em rocha.

Seja como for, não quero que os vindouros ignorem que houve entre nós uma via sacra pública e que no século passado faziam tais exercícios à noite no tempo da quaresma e outros de calamidade pública os Terceiros de S. Francisco e particularmente corriam a mesma via sacra as Beatas não recolhi das, assim como vários outros devotos. Quando o Brigadeiro Amaral aforou o pedaço de terra ao longo da cerca das Beatas do Colégio, desapareceu dali uma cruz que lá estava já em ruínas. E assim foram com o tempo desaparecen do outras, algumas das quais foram tiradas para se collocarem nos muros do cemitério de S. José, de sorte que neste ano de 1882 existiam já somente uma ao pé da Igreja de S. João (sem ser a própria do adro desta ermida) e o sobredito calvário de três cruzes emparelhadas, sendo mais alta a do meio.

A única, pois, hoje restante, como dito é, junto da Igreja de S. João fica rá (até vermos...) sendo a última relíquia daquele devoto exercício público dos nossos avós.

VI

Em Fevereiro deste ano mandou a Câmara repôr na parte do sul do Carrascal dois renques de choupos ao longo das casas do Brigadeiro e um outro ao longo do lagar do Padre Pero Fernandes ou de Manuel Lopes Almojarife. Isto foi muito bem feito e já devia ter tido lugar há mais tempo. Depois de 1874 só se tinha cuidado da parte do norte do dito Carrascal quando a do sul deve merecer igual atenção aos nossos Edis. Além disso convinha arborizar e até empedrar o passeio que está junto ao quintal e casas do Brigadeiro, visto que por ali se transita e passeia constantemente do Rossio para o Carrascal e vice-versa. Enfim... começou-se este melhoramento e já não é pouco o dar-se-lhe princípio. Quando haja de ultimar-se deve ser calçada a portela de um para outro largo visto formarem-se ali de inverno grandes atasqueiros apesar dos entulhos com que por vezes têm recamado aquele trânsito.

Fez-se no Rossio outro melhoramento executado também só pelos cantoneiros municipais e consistiu em se aprofundar o ribeiro entre as pontes das ruas de Cambaia e de Frei Manuel, pondo-lhe ao redor árvores de recreio (quase tudo choupos). Este aformoseamento deve continuar-se ao menos para cima visto que as árvores em tais sítios não tiram vista às frontarias municipais do largo.

VII

As festas da semana santa fizeram-se na forma do costume. Em quinta-feira de Endoenças houve distribuição de jantares aos pobres em casa de Diogo de Castro por conta da "Sociedade União Calipolense" e na Misericórdia, mas só de pão, feijão e bacalhau.

Houve duas confeitarias de luxo com variados sortimentos de amêndoas,

caixas, rifas, etc.: uma na Corredoura pertencente a António das Neves Ta rana e outra na Rua de Cambaia pertencente à companhia Pereira & Silveira. (Quem introduziu as confeitarias desta época em Vila Viçosa foi o comer - ciante Agostinho José Rodrigues, aí por 1870). As deste ano estiveram bri l hantes e foram muito concorridas.

Na procissão do Enterro do Senhor, em sexta-feira santa à noite, obser - vei servirem de Marias do Béhu três raparigas e não três rapazes como sem - pre se usara. Isto foi inovação.

VIII

No terceiro domingo depois da Páscoa fizeram alguns carpinteiros uma fes t a a S. José no Convento das Chagas, designando aquele dia por ser o da fes t a do seu patrocínio. Isto prova quanto são intimamente religiosos os sen t imentos do nosso povo pois tal festa foi espontânea e nova inteiramente.

Bem se diz: Deus não dorme. S. José foi declarado Padroeiro da Igreja Universal por Pio IX em 1870 e assim esta festa veio prestar-lhe culto de - baixo desse ponto de vista.

IX

A primavera foi muito triste quanto aos meios económicos do nosso povo, pois faltou o trabalho aos jornaleiros como já disse noutra lugar. Baixaram as jornas dos trabalhadores do campo a 220 e 200 réis quando a farinha custava a 800 o alqueire e dizem-me que em Borba houve quem se sujeitasse a trabalhar por 180 réis em Abril e Maio! Por tais e semelhantes razões que já expus no anal precedente os lojistas de capela vendiam pouco e os artistas não tinham que fazer.

A agricultura não dera e como o proprietário não o tinha também não podia dar trabalho.

X

O que antecede leva-me a completar o que disse atrás sobre o empobrecimento do Reino por causa do livre-cambismo no comércio. Disse que a outra origem daquele empobrecimento era a dívida pública externa que vou agora resumir do orçamento deste ano, conforme o que li nas actas das sessões das Cortes.

Os juros da dívida externa com a agência financeira de Londres e diversos encargos somaram neste ano de 1882 em 6.009:546\$491 e este dinheiro que sai anualmente do Reino em tão grande quantia (e tendendo sempre a subir) é para ele uma sangria mortal e maior ainda do que a do livre-cambismo.

A vista destes algarismos, quem se admirará de estar Portugal tão pobre?

Os juros da dívida pública interna com as despesas anexas sobem a 7.014:654\$413.

Dívida flutuante e amortização, etc.	-	2.429:238\$000
Total da dívida pública e seus anexos	-	15.453:438\$904 ⁽¹⁾

E são estes liberais que se arvoraram em tutores da Igreja tomando contas a irmandades e ordenando-lhes prévios orçamentos... eles que não sabem governar o Estado!

XI

Em Maio fez-se em Bencatel uma casinha junto da torre da Igreja para ha ver relógio público servindo para dar as horas o sino maior.

Este melhoramento foi disposto assim: João de Sousa e Menezes propôs a alguns moradores de Bencatel, e nomeadamente à Junta de Paróquia, que pedissem à Câmara a máquina do relógio dos Capuchos que se achava depositada há muitos anos em seu poder para se evitar que a destruissem no convento abandonado. A Câmara entregou a máquina em depósito como a tinha para evitar questões de domínio. Promoveu-se uma subscrição pública cujos resulta dos não foram satisfatórios como sempre acontece em tais casos porquanto o

(1) Nação nº 12 059 de 20 de Maio de 1882.

povo, em regra, quer melhoramentos mas não quer dar dinheiro.

Enfim, o iniciador da obra, João de Sousa, prometeu e deu 4\$500 réis, além de solicitar a cessão da máquina e três vogais da Junta de Paróquia (António José Torrinha Júnior, Joaquim Rosado Piteira e João José Pereira Fradinho, presidente) meteram mãos à obra comprometendo-se eles a pôr o que faltasse e a chegarem os materiais com os seus carros.

Também registarei o nome de José Pereira Zita que deu licença para se construir a casa da máquina sobre um prédio seu, concedendo ainda uma nesga do mesmo prédio para os pesos descerem até abaixo.

Foi inaugurado o relógio em 28 de Maio por ser dia notável como o da festa do Espírito Santo neste ano.

Conquanto a máquina estivesse guardada nos Paços Municipais, tinha já falta de um carrete e foi preciso dispôr de outra sorte o maquinismo das horas. Tudo isto arranjou o Tesoureiro da Igreja, Salvador António Marques, o qual vive há muitos anos do officio de relojoeiro que aprendeu de sua curiosidade e responsabilizou-se a tratar do relógio gratuitamente pagando-se-lhe apenas uma pequena gratificação pelo arranjo da máquina e sua montagem.

XII

Ao mesmo tempo agitou-se uma contenda entre a Câmara Municipal e a Administração Geral da Casa de Bragança com respeito ao domínio do Terreiro do Paço. Deu ocasião a renovar-se tal contenda ou pleito o mandar a Câmara pôr ali duas tabuletas para vedar o trânsito de carros pelo meio do terreiro, como atrás fica dito, visto haver sido há pouco terraplenado com grandíssimo dispêndio do tesouro público. E o pior foi que, quando a Câmara esperava agradecimentos por este bom serviço à Casa Brigantina, mandou o Almojarife levantar as tabuletas e remeter-lhas de presente como quem desagradeceia a vedação dos carros pelo Terreiro!

Se lá houvesse quatro vereadores da minha têmpera, as tabuletas eram repostas imediatamente e se o Almojarife (ainda que mandado pelo Administrador Geral António Cardoso Avelino) tornasse a arrancá-las, requerer-se-ia um corpo de delicto e querela de esbulho de um logradouro comum do Município.

Com efeito o Terreiro do Paço não é, nem foi nunca da Casa de Bragança, embora esta o beneficiasse de algum modo. E se o fosse, não deviam as obras de terraplenagem e aplanção correr por conta do Ministério das Obras Públicas, mas sim à custa da Casa.

Quando eu der a notícia particular do Paço Ducal farei ver que os Duques de Bragança nada tinham fora do frontispício dele e até por baixo do Paço houve dois passadiços de serventia pública dos quais ainda existe um. E se este não é já serventia do povo, achando-se aliás vedado o arco da entrada com um portão de ferro desde 1849, provém isso de ter a Casa adquirido já por compra todas as terras do Reguengo até à "Estrada augustinha" de Borba, o que lhe levou muitos anos a conseguir. Como hoje não há lá prédios particulares encravados, cessou aquela servidão que interessava principalmente aos frades Gracianos para communicarem com os seus prédios dos coutos occidentais. Mas o Terreiro foi sempre uma praça pública do Concelho como provarei com um documento, além da posse imemorial do mesmo Concelho.

XIII

Também na mesma época se começou a pôr em execução a Lei de 27 de Abril último, votada pelas Cortes, e que impôs o lançamento de 6% adicionais a todos os tributos e rendimentos do Estado, excepto a décima de juros, em vez do imposto de rendimento criado pelos progressistas e que devia ser cobrado por lançamento, ficando assim em vigor o dito imposto na parte em que é cobrado por desconto (em ordenados e juros de inscrições). E o mais odioso dos 6% adicionais é ainda, além de onerar as Sisas e Real de água, sobrecarregar até os foros pagos à Fazenda Nacional que não são tributos.

O imposto do sal, votado por estas mesmas Cortes, e constante de 7 réis cada litro, pago nas marinhas, ficou para ser posto em execução no principio do ano seguinte.

XIV

Fez-se em 8 de Junho a procissão de *Corpus Christi*; foi porém nada esplêndida e aliás raquítica. Não safu a imagem de S. Jorge e os Vereadores compareceram de casacas. A Filarmónica Calipolense retirou-se do adro da Matriz por não querer o Alferes comandante da guarda de Cavalaria 3 que tocassem adiante dela e apenas ficou a Esperança tocando adiante do pátio.

XV

Pela primeira vez se fizeram exames de instrução primária nos Paços Municipais em conformidade com a Lei de 2 de Maio de 1878. Tiveram lugar em 10 e 11 de Junho na presença do subinspector do círculo de Estremoz, sendo examinadores os dois professores públicos Ovídio Honorato Biga, da vila, e Joaquim Gomes Pereira, de Bencatel. Foram apresentados a exame quatro alunos da vila incluindo uma fêmea e um de Bencatel, ficando todos aprovados com diversas classificações e lançados os termos dos exames num livro pelo Escrivão da Câmara.

XVI

O estio foi abundantíssimo de toda a casta de cereais (exceptuando o centeio), frutas e hortaliças. Só de melancias, melões e feijão de regadio não houve abundância porque, tendo o ano sido pouco chuvoso, minguaram muito os nascentes corredios como dito é.

Para se calcular a abundância das frutas bastará dizer que chegou a vender-se bom pêssego a 10 réis o quilo. Houve fartura de damascos e alperches - coisa rara entre nós porque sendo o nosso clima frio nas primaveras perde-se-lhes ordinariamente a flor, não limpando e medrando os ovários. Vendia-se também por vinte réis um repolho fino de 2 quilos quando ordinariamente orça o seu custo pelo duplo e mais - tudo efeito da abundância. O preço da laranja nunca se elevou de 400 réis cada cento até nos meses de

Julho e Agosto, tanto por ser muita como por haver muita fruta de caroço e pevide ao mesmo tempo.

O estio foi temperado. Só em 30 de Julho a 5 de Agosto aqueceu bastante. Depois moderaram os calores.

XVII

Preencheu-se no 1º de Julho o lugar de olheiro ou intendente das obras municipais que nunca fôra provido até agora senão temporariamente. Veio servi-lo um moço de Estremoz chamado José Celestino Rebelo.

XVIII

No mês de Julho foi reparada a torre de Menagem ou do relógio do Caracena, isto por ocasião de caírem dela algumas pedras, efeito de pequenos rombos ou brechas que existiam desde o cerco de 1665. (No dia de Corpo de Deus vi eu uma grande pedra perto da Capela dos Remédios que parece caíra naquele mesmo dia). Resolveu portanto a Câmara mandar reparar as brechas e chispar de cal, de mosaico, todas as faces da torre na forma, ou quase, da sua primitiva estrutura - e isto com agrado geral de toda a povoação. A torre particular do relógio também foi rebocada.

Causou muita admiração a toda a gente o encontrarem-se ainda no muro da frente da torre, por baixo do relógio, seis balas de artilharia das muitas que o Marquês de Caracena fez disparar contra o sino primitivo para o partir. Foram elas conduzidas para os Paços Municipais como relíquias gloriosas do cerco de 1665.

Ao mesmo tempo trabalhava-se em ultimar os três primeiros lanços da estrada distrital. Os dois, que desde a vila chegavam até ao forno da serra, estavam já prontos e cilindrados no fim de Maio, exceptuando a encosta da serra cuja conclusão foi muito lenta pois durou ainda até Outubro. Foi empreiteiro destes dois lanços o condutor de trabalhos António Esteves.

Com pouca diferença de tempo acabou também o Colunas do Alandroal (José Pedro Galharda) o lanço do ribeiro de Alcalate até aos olivais de Carambó, ficando sólida e bem guarnecida com cantarias a ponte do dito ribeiro, mas o lanço com muitas curvas de curto raio.

Para inspeccionar estas empreitadas veio de Évora um olheiro vencendo 600 réis diários para estar permanentemente em Vila Viçosa tanto tempo, o que foi causa de ficar mais cara a construção dos lanços feitos aliás de arrematação.

Mas embora se fizessem estes melhoramentos nos extremos da dita estrada o pior dela e seu centro que é a serra de S. Saturnino ainda ficou sem sabermos quando seria começada.

Em Agosto fabricou-se uma plataforma ou eirado no largo do Outeiro do Ficalho em frente e como continuação ou alargamento do adro dos Capuchos. Esta obra foi feita com licença da Câmara e sem prejuízo da posse do terreno no concelheiro, à custa da mordomia do Senhor da Piedade, avultando aí os cem mil réis da rifa do cordão de ouro que dera António Carlos da Silveira, Juiz da dita mordomia.

De cada parte do eirado puseram assentos e como decoração umas pirâmides de mármore que estavam no cruzeiro da Igreja rematando a balaustrada de madeira que então foi tirada e posta no coro alto para suprir lá as antigas rótulas com que os fradinhos interceptavam a vista franca entre o dito coro e a Igreja.

XXI

As festas da Lapa e do Senhor da Piedade tiveram lugar este ano seguidamente em 7, 8, 9 e 10 de Setembro. Ambas se fizeram com muito esplendor e com dois dias de arraial, distribuindo-se previamente programas impressos. Porém nos Capuchos estreou-se então pela primeira vez a instituição do bazar de prendas. Este bazar, assim como o da Lapa, foram construídos em forma octogonal para serem acessíveis em toda a sua circunferência. Sortes a 20 réis. O da Lapa rendeu apenas 160 e tantos mil réis porque os dias correram tempestuosos. Porém o dos Capuchos produziu 300\$000 réis segundo ouvi, o que ficou sendo penhor de melhoramentos novos na sua Igreja.

XXII

Como já disse, o ano corria seco e assim foi preciso colocar a bomba na arca da fonte do Alandroal pela feira de Agosto, conservando-se ali até Janeiro de 1883 pois não caíram chuvas abundantes nem no mês de Outubro em que tão certas costumam ser ocasionando isso a falta de pastos para os gados, morrinha nas criações de borregos e má nascença das searas.

Houve abundância de uvas. O seu preço para vinho foi de 320 réis a arroba (15 quilos).

XXIII

A 20 de Outubro (dia prefixo pela última lei de 28 de Janeiro de 1879) fez-se o sorteio dos recrutas para o contingente do Concelho que foi de 17 e todos para o exército de terra, cabendo 4 à Matriz, 5 a S. Bartolomeu, 4 a Bencatel, 1 a Pardais, 2 a S. Romão e 1 às Ciladas. Houve porém 4 abonos de um voluntário e três readmitidos, redundando três em benefício da Freguesia de S. Bartolomeu e um da Matriz. Assim, pois, só foram apurados 13 recrutas.

Em Novembro tiveram lugar na Matriz importantes obras promovidas pela Junta de Paróquia nas quais se gastaram mais de 450\$000 réis, conforme contou, cabendo a glória deste feito ao nosso patrício João José de Oliveira Palotes, presidente da mesma Junta, que bem provou a sua capacidade para este cargo e fez dizer a alguém "que só um homem como ele, sacristão, filho de outro e sobrinho de mais outro, podia ter amor verdadeiro ao bom arranjo das igrejas".

Com efeito, limpas foram todas as cantarias da Matriz, deixando por isso neste ano de ser vestidas as colunas com damascos por terem sido apagados os restos dos florões antigos doirados, com mau gosto, nas pedras. E nos arcos das capelas meteram-se os cortinados por dentro e não por fora como se estava praticando há muito a fim de não ficarem os mármore encobertos. Foram caiadas as abóbadas, feitos de novo os estrados para o sexo feminino, limpos os azulejos das paredes, reparados alguns retábulos com dourados restantes de S. Paulo, embelezado o sacrário da Capela do Santíssimo, assoalhado de mármore o pavimento da sacristia geral com um resto de xadrezes do claustro de S. Paulo que haviam ficado nas arrecadações da Matriz desde que em 1870 se aformoseara o adro. Tiraram-se dois lanços de balaustres de pau ferro da teia em frente da Capela-mor para mais fácil acesso à mesma nas procissões gerais e com outros do meio das naves laterais, onde havia duas entradas ou portas, arranjou-se com que substituir duas teias de tábua entre as duas primeiras colunas de cada lado, etc.

Para ocorrer a estas despesas extraordinárias e extra-oficiais, vendeu a Junta algumas pratas inúteis que lhe renderam uns 90\$000 réis. Alcançou da Casa de Bragança um subsídio de 100\$000 réis; igual quantia deu a Régia Confraria dos Officiais; contribuíram as outras irmandades com donativos pequenos (de 4\$500 réis) e vários devotos depositaram nas mãos do Palotes quantias avultadas, até de 50\$000 réis (que deu D. Joana de Torres) oferecendo alguns o seu óbulo sem serem rogados, o que veio provar mais uma vez que o nosso povo é essencialmente religioso e só falta às vezes quem promova as obras de melhoramento das nossas Igrejas como agora fez aquele benemérito patrício.

Fechou-se o ano com uma abundante colheita de azeitona que, por vir serôdia, efeito da estiagem, se dilatou ainda até 20 de Fevereiro seguinte. Além de serôdia pela mesma razão, porém deu-se o caso de ficar tão sadia que, depois de cair alguma em Outubro, toda a mais se conservou nas árvores até Janeiro e Fevereiro sem nunca se gafar. Por isso mesmo o azeite saiu bom como poucas vezes e sem excepção de nenhum ruim. Mas a colheita saiu cara por ser preciso muito varejo e isso fez que o apanho durasse dois meses e meio.

A funda também foi boa. Fizeram-se no princípio compras de azeitona a 60 alqueires por 12, 12,5 e 13 de azeite e por último chegou Manuel Pereira Anão, de Bencatel, a comprar o moio de azeitona por 15 alqueires de azeite.

O que não compensou foi o preço do azeite para exportação, pois principiando a 1 000 réis o alqueire velho, apenas subiu até 1 080.

Ainda se não adoptou o decalitro.

Calculei a produção de todo o concelho em cem mil alqueires de azeite e não menos, antes mais. Vieram ranchos de mulheres e homens de fora ajudar à colheita. De S. Romão veio um rancho para Inácio da Silveira; de Terena, Ferreira, Capelins e Juromenha vieram dois, um para Francisco Martins Curado e outro para António Lobo. Estes, com a gente de Pardais, Bencatel e Vila Viçosa, formavam um exército de duas mil pessoas ou mais entre varões e fêmeas, pequenos e adultos, os quais recolhiam diariamente para os lagares 50 a 60 moios de azeitona.

CAPITULO CXLVI

Estatística exactíssima dos fogos e almas existentes na vila e seu termo durante a quaresma de 1882 com distinção de freguesias, largos, ruas, arrabaldes, hortas, montes, etc. - Comparação com a estatística do recenseamento geral do Reino em 1877.

I

Freguesia de S. Bartolomeu

	Fogos	Almas
Praça (incluindo os presos da cadeia)	29	108
Rua de Fora	3	9
Rua de Frei Manuel (incluindo 6 irmãs do Beatério) ...	26	87
Rua de António Homem	20	86
Rua de Cambaia	24	94
Rua de Três (incluindo os empregados residenciários do hospital)	28	89
Rossio de S. Paulo	41	135
Aldeia de cima	21	57
Aldeia do meio	10	32
Aldeia de baixo	5	19
Rua das Vaqueiras	50	174
Rua do Espírito Santo (até ao meio)	4	14
Rua de Évora (idem)	5	11
Rua de Santo António ⁽¹⁾	26	86
Largo da Assaboaria ⁽²⁾	11	26
Corredoura	39	143
Rua dos Caldeireiros (até ao meio)	2	10
Rua de Santa Cruz (idem)	5	17
Travessa do Valderrama (idem)	2	4

(1) Compreendendo-se aqui um fogo do Terreiro do Patacão e dois da rua que eu chamo de Santo Agostinho ou dos Lucenas.

(2) Com a faceira da Corredoura até à Fonte.

	Fogos	Almas
Travessa do Padre Carmo ou de Santa Cruz	1	4
Rua das Cortes	15	43
Rua dos Fidalgos	35	115
Rua das Pedras	11	31
Travessa da Amoreira	3	10
Rua de Santa Luzia	38	147
Travessa do Arco da Lapa	<u>3</u>	<u>7</u>
Total de S. Bartolomeu	457	1 558

II

Freguesia Matriz

1º Distrito - Vila

Castelo

Adro da Igreja	4	5
Cidadela	1	2
Rua dos Albardeiros (inabitável)	-	-
Rua do Bugio	8	20
Rua de Estremoz	7	30
Rua Deserta (inabitável)	-	-
Rua de Nossa Senhora	5	22
Rua da Cadeia	10	24

2º Distrito

Praça Velha ou Estacada	3	7
Rua da Torre	9	32
Rua de Santa Cruz (metade oriental)	7	30
Rua dos Caldeireiros (idem)	11	32
Rua de Evora (idem)	13	45
Rua do Espírito Santo (idem)	11	44
Rua do Poço	19	78
Convento da Esperança	3	11

	Fogos	Almas
Rua dos Frades ⁽¹⁾	10	23
Fonte do Alandroal (ou extremo do baixo Rossio)	4	13
Rua da Freira	58	227
Rua dos Gentis	20	77
Terreiro de Santo António	4	12
Continuação da rua dos Gentis (para o norte)	22	74
Terreiro do Patacão	2	6
Rua da Praça (Velha)	16	45
Rua do Angerino	13	40
Travessa do Forno	1	2
Rua de Dona Pascoela de Gusmão	10	31
Terreiro de D. João d'Eça	8	32
Rua da Cruz	1	6
Carreira das Nogueiras	15	64
Rua do Chafariz	2	12
Largo da Fonte Grande	9	43
Rua do Passadiço	4	15
Terreiro de Santo Agostinho	18	58
Terreiro do Paço	4	19
Horta do Reguengo	1	5

Carrascal

Pátio da Senhora da Lapa	3	11
Lagar	1	6
Ermida de S. João	1	8
Bairro de S. José	9	42
Rua do Colégio ou Casa do Brigadeiro	<u>1</u>	<u>5</u>
Soma	348	1 258
Juntando a população de S. Bartolomeu	<u>457</u>	<u>1 558</u>
é o total da Vila	805	2 816
Juntando mais os dois Conventos das Chagas e Santa		
Cruz reputados em	<u>30</u>	<u>50</u>
TOTAL	835	2 866

(1) Incluindo o Hospício do Convento da Esperança com os seus baixos.

2º Distrito da Matriz - Campo

Campo, Subúrbios, coutos e coutadas

	Fogos	Almas
Ermida de S. Bento	1	7
Tapada Real - Porta da vila ou principal	2	8
Tapada Real - Ermida de S. Jerónimo (vaga)	-	-
Tapada Real - Ermida de Santo Eustáquio (vaga)	-	-
Tapada Real - Porta de Ferro ou da Silveirinha	1	7

(As outras moradas pertencem ao termo de Borba).

Hortas, etc. do ribeiro do Beijudo

Horta das Laranjeiras	1	3
Pelames	4	20
Horta dos Pelames e anexas	1	3
Horta de S. Luís	1	3
Horta do Conde do Redondo	1	5
Horta do Amparo	1	1
Quinta de S. Vicente	1	2
Farramaco (vago)	-	-
Azenha do Engenho de Ferro (vaga)	-	-
Azenha do Paraíso	1	7
Ermida do Paraíso	1	2
Horta do Conde das Galveias (de baixo)	1	4
Dita, de cima (vaga)	-	-
Horta dos Solteirões (vaga)	-	-
Lugar do Porto de Elvas e horta anexa	1	4
Horta dos Capuchos	1	3
Convento dos Capuchos	1	3

Hortas, etc. do ribeiro do Rossio

	Fogos	Almas
Horta do Cano	1	6
Horta da Trombeta	1	2
Horta das Figueiras	1	2
Horta das Fontainhas (vaga)	-	-
Horta da Cruz	1	5
Ermida de S. Tiago	1	4
Horta de S. Tiago (já inabitável)	-	-
Horta de S. Lázaro (vaga)	-	-
Horta das Manas	1	3
Horta do Couteiro	1	4
Horta do Pinhal (vaga)	-	-
Pinhal de El-Rei ou de Cristóvão de Moraes	1	4

Fazendas diversas mais distantes

Monte e quinta da Saúde	1	5
Monte do Galandim ⁽¹⁾	2	14
Monte do Borges (vago)	-	-
Horta da Fonte Santa de cima	1	4
Dita, de baixo (inabitável já)	-	-
Quinta do Martinho	1	4
Ermida de S. Domingos (vaga)	-	-
Fonte da Cebola de baixo (vaga)	-	-
Quinta da Fonte da Cebola (de cima)	1	4
Quinta das Casas Altas	1	2
Quinta do Gil	1	7
Telheiro de baixo (vago)	-	-
Telheiro de cima	1	7
Quinta do Mocho ⁽²⁾	1	2
Monte do Vieira (moderno)	1	4
Monte do Amial	1	6

(1) Veio-lhe este nome de Manuel F. Galandino que vivia em 1668, etc.

(2) Veio-lhe este nome de João Roiz Mocho, falecido em 1790 ou pouco antes. É foreira em 1:100 réis do Concelho.

	Fogos	Almas
Quinta da Provença	1	5
Quinta de Valbom ou dos Padres	1	3

Vinhas Velhas

Monte do Foro	1	6
Monte do Rosa ⁽¹⁾	1	4
Monte da Tia Anica	2	11
Monte Novo	2	7
Vinhas velhas de baixo	4	19
Monte das vinhas velhas (de cima)	1	7

S. Marcos

Ermida de S. Marcos	1	2
Lagar de baixo	1	3

Fadraga, Paul e Peixinhos

Quinta do Faria	1	5
Quinta do Paúl	1	4
Monte do Barrasquinho	1	2
Quinta das velhas (vaga)	-	-
Monte da Misericórdia	3	8
Monte da Pintainha ⁽²⁾	1	3
Quinta do Gordo (vaga)	-	-
Quinta dos Peixinhos (vaga)	-	-
Horta de Peixinhos	1	3

(1) Começado a habitar em 1881. É uma vinha com olival feito por Inácio da Rosa Rebelo.

(2) Houve outros Pintainhos durante o século XVIII. Ainda em 1791 vivia Jerónima Rosa Pintainha. Deles veio o nome a este monte.

Coutadas

	Fogos	Almas
Horta da Coutada (vaga)	-	-
Colmeal do Papasolas (vago)	-	-
Quinta do General	1	3
Quinta do Sisudo	<u>1</u>	<u>3</u>
Soma o distrito rural da Matriz	65	268
Com os distritos da vila	<u>348</u>	<u>1 258</u>
TOTAL DA MATRIZ	413	1 526

III

Freguesias rurais

Bencatel

1ª Distrito - Aldeia

Adro da Igreja	3	18
Rua da vila	4	18
Rua do Alandroal	7	30
Rua de Estremoz ou Foro	4	22
Rua da Lagoa	58	223
Rua das Flores	5	19
Rua do Terreiro	7	19
Terreiro	12	53
Rua de Evora	27	103
Rua da Nogueirinha	14	58
Beco da Azenha de El-Rei (1ª azenha)	9	38
Azenha do Conde das Galveias (2ª)	2	8
Hortinha do Chorincas	1	4
Largo da Quinta (de S. João)	11	48
Quinta de S. João Baptista	2	8
Azenhita (4ª azenha)	1	7
Azenha Grande (3ª) (sem morador fixo)	-	-

	Fogos	Almas
Hortinha do Anastácio ou do Conde	2	4
Horta de João Afonso	2	11
Azinhaga da Quinta	4	16
Quinta de Santo António	2	9
Beco da Cotovia	9	38
Cerrado	8	39
Faceira (na mesma azinhaga da Quinta)	4	15
Rua da Igreja	19	78
Beco do Tété	<u>10</u>	<u>40</u>
Soma o distrito da Aldeia	227	926

2º Distrito - Campo

Monte da Vigária (inabitável já)*	-	-
Monte do Barrinho (idem)*	-	-
Monte de El-Rei (vago)*	-	-
Ermida de Nossa Senhora das Mercês	2	7
Horta de El-Rei	1	6
Horta d'Alfava	1	7
Herdade dos Coutos (sem monte já)*	-	-
Monte das Figueiras*	1	3
Monte das Janelas	1	6
Herdade da Calva (sem monte)*	-	-
Herdade da Maroteira (idem)*	-	-
Monte da Nora*	2	11
Monte da Torrinha*	1	2
Monte da Faia do sul ou de lá*	1	3
Monte da Faia do norte ou de cá*	1	4
Monte do Gavião*	1	1
Monte de Santa Ana*	1	3
Monte da Fonte Velha*	2	8
Herdade de Maria Neves (sem monte já)*	-	-
Monte de Aldeia*	1	6
Monte do Freire*	1	6
Monte dos Galvões*	1	7
Colmeal do Pouquito	1	6

	Fogos	Almas
Moinho do Garcia (inabitável e anexo ao antecedente) ...	-	-
Monte da Cavaleira*	1	3
Horta dos Feitos de baixo (inabitável)	-	-
Horta e Azenha dos Feitos de cima (19 ^a)	1	3
Azenha da Barrasca (18 ^a)	1	5
Cerrado do Raposo ou da Cavaleira (vago)	-	-
Aldeia do Casaca	3	14
Azenha das Botelhas (17 ^a)	1	5
Azenha do Moutinho (16 ^a)	1	3
Herdade do Moutinho*	1	14
Aldeia da Freira	5	23
Azenha da Freira (15 ^a)	1	5
Azenha da Pascoela (14 ^a)	1	8
Cerrado das Bábaus	4	14
Azenha da Misericórdia ou do Boticário (13 ^a)	2	10
Azenha da Rocha (12 ^a) (sem morador fixo)	-	-
Azenha das Baptistas (11 ^a)	3	13
Colmeal do Salta (vago)	-	-
Monte de Carambó (simples tapada)	1	7
Azenha do Polme (10 ^a)	1	5
Azenha do Sande (9 ^a)	1	7
Azenha do Indiático (8 ^a)	1	6
Azenha da Cartucha (de Evora) (7 ^a)	2	4
Monte da Galharda ⁽¹⁾	1	2
Beco da Galharda	7	25
Azenha das Freiras (6 ^a)	1	11
Pisãozinho	2	9
Azenha da mó de braço (5 ^a)	1	2
Hortinha do Alferes	1	8
Monte do Forte da Estrada (inabitável já)*	-	-
Herdade da Torre (sem monte já)*	-	-
Monte da Capelinha*	3	17

(1) Vi em documentos antigos cham.r-se esta e outra de Pardais herdade dos Galhardos que a plebe tem convertido em Galharda por ser nome feminino e correspondente ao apelativo herdade. E os Galhardos eram de Vila Viçosa. Lá vivia em 1603 Manuel Fernandes Galhardo como consta de certa escritura em que ele outorgou a venda de um prédio a Nossa Senhora do Rosário de Bencatel.

	Fogos	Almas
Monte do Forte do Sobral*	1	5
Hortinha do Sobral	1	9
Monte do Machado*	2	10
Quinta da Madre de Deus ou do Mascarenhas	<u>3</u>	<u>13</u>
Soma o distrito do campo	73	346
Com a Aldeia	<u>227</u>	<u>926</u>
TOTAL DE BENCATEL	300	1 272

IV

Pardais

1º Distrito

Ribeira de Pardais e suas circunvizinhanças

1ª Secção

Habitacões dispersas ao norte e poente da Igreja Paroquial

Adro da Igreja	1	8
Almagreira (rufna, vaga)	-	-
Herdade da Almagreira (já sem monte)	-	-
Lagar de Cima (de S. Marcos) (vago)	-	-
Monte da Lagoa*	1	8
Monte do Trancoso (inabitável)*	-	-
Monte do Guerra (idem)*	-	-
Courelas da Broa e Monte Branco (têm três casas novas, mas desabitadas por ora)	-	-
Estalagem da Fonte das Freiras (sem moradores fixos)	-	-
Monte de Carambó ou das Bispas	2	10
Horta das Bispas (vaga)	-	-
Horta Grande	1	4
Hortinha 1ª (inabitável e anexa à Grande)	-	-
Monte de Alcalate*	1	4
Monte de Santa Helena ou da Misericórdia*	1	2

2ª Secção
Arrabaldes

	Fogos	Almas
Aldeia de Pardais	14	51
Fonte da Figueira	2	7
Casas Novas	12	56
Parreiras	4	15
Pedreiras	3	16
Paços (rua e tapada de D. Maria do Carmo)	4	19
Quinta dos Paços	1	7
Quinta de Patinhos	1	4

3ª Secção
Ribeira

Azenha Cimeira (1ª)	1	8
Horta do Foro	1	6
Azenha Nova (2ª)	1	5
Quinta dos Infantes	2	7
Azenha de Entre as Quintas (3ª)	1	4
Quinta do Dr. Panasco	2	11
Azenha da Azinheira (4ª)	1	6
Azenha da Cova (5ª)	1	2
Azenha das Freiras (6ª)	1	6
Horta do Rego (vaga)	-	-
Azenha do Rego (7ª)	1	4
Hortinha 2ª	1	5
Horta do Laranjal (duas juntas)	1	9
Azenha do Laranjal (8ª)	2	4
Azenha do Pisão (9ª)	3	16
Azenhita (10ª)	1	4
Azenha e horta dos Apóstolos (11ª)	2	4
Horta da Palma	1	7
Azenha da Palma (12ª)	1	3
Herdade do Meirinho (sem monte)	-	-
Horta do Meirinho (vaga)	-	-

	Fogos	Almas
Azenha do Meirinho (13ª) (sem moradores fixos)	-	-
Azenha de João Lobo (14ª)	1	7
Hortinha 3ª	1	2
Azenha do Limoeiro (15ª)	1	2
Azenha das Pedras (16ª)	<u>1</u>	<u>5</u>
Soma o 1º distrito de Pardais ..	76	338

2º Distrito - *Fonte do Soeiro*

1ª Secção - *Sítio ou Aldeia da Fonte do Soeiro*

Horta do Souda	2	4
Monte do Alfaiate	2	6
Monte da Fonte	2	5
Monte Furado	1	6
Monte da Courela	2	7
Monte da Estrada	1	6
Herdade da Fonte da Moura	2	10
Monte das Misérias ou do Seixo	1	7
Horta da Pomba	1	3
Casas do Quinchoso	1	4
Horta do Serrano	1	2
Monte das Tapadas	3	14
Beco e horta da Fonte	2	5
Largo da Fonte	2	4
Rua das Tapadas	3	16
Horta do Couves	1	7
Horta do Pelica (vaga)	-	-
Horta dos Terceiros	1	2
Horta das Freiras	1	6
Horta da Vinha e Tapada do Galvão (juntas)	2	9

2ª Secção - Habitações dispersas ao oriente da Fonte do Soeiro

	Fogos	Almas
Monte de Vale Moreno (vago)	-	-
Horta de Vale Moreno de baixo	1	3
Dita, de cima	1	2
Monte Novo	3	11
Monte de El-Rei	1	8
Herdade da Ramalha (inabitável)	-	-
Monte da Galharda	1	4
Monte de Sete Reinos	<u>1</u>	<u>6</u>
Soma o 2º distrito	39	157
Com o 1º	<u>76</u>	<u>338</u>
TOTAL DE PARDAIS	115	495

V

S. Romão

Aldeia de S. Romão	140	645
Forte do Ferragudo ou do Conde (de Bobadela)	23	93
Horta do Marmeleiro	1	6
Monte do Brasico	1	10
Monte da Torre	1	3
Monte da Cabreira	1	2
Monte dos Frades	1	2
Monte do Val da Ursa	1	1
Herdade do Monte Branco	2	8
Monte do Seivacedo (vago)	-	-
Monte da Ribeira de Borba	1	2
Monte do Ratinho ⁽¹⁾	2	8
Monte do Furadouro	1	4
Monte da Marinela de baixo ⁽²⁾	1	5

(1) Veio-lhe este nome do lavrador Manuel F. Ratinho que a cultivava no meio do século XVII.

(2) De baixo. Há mais duas Marinelas ao norte pertencentes à Terrugem.

	Fogos	Almas
Monte da Godinha	1	4
Monte da Capela (de Tomé Lobo)	1	6
Monte da Brioa	2	8
Herdade do Monte Velho	3	11
Monte do Figueiredo	1	10
Monte do Colmeal	2	14
Monte das Herdades	1	4
Monte da Carroa	1	8
TOTAL DE S. ROMÃO	188	854

VI

Ciladas

Não tem aldeia ou arrabalde algum, mas unicamente casais dispersos pelas herdades e hortas.

Sítio da Igreja	1	3
Monte de Carvão	1	5
Horta de Carvão	1	1
Monte da Serra das Correias (vago)	-	-
Monte do Azambujal	2	9
Horta do Azambujal	1	6
Monte do Rego (vago)	-	-
Horta do Rego	1	1
Monte das Lameiras	1	2
Horta do Pomar de El-Rei	2	10
Monte da Torre do Cabedal	1	4
Hortinha (vaga)	-	-
Horta do Pomar Novo	1	5
Monte do Alcaide (vago)	-	-
Horta do Alcaide (vaga)	-	-
Horta da Aboboreira	2	8
Horta da Fortaleza	1	6

	Fogos	Almas
Horta da Lage ⁽¹⁾	1	2
Monte do Casco de baixo	1	2
Monte do Casco de cima	1	3
Monte da Arengosinha	1	3
Montes da Arengosa	6	32
Monte dos Pereiros	2	3
Monte das Pegas (vago)	-	-
Monte de João de Boim	1	6
Monte dos Outeiros Altos	1	6
Monte da Afeiteira (vago)	-	-
Monte dos Ulmos (vago)	-	-
Monte das Amoreiras	1	6
Horta de Mures	1	6
Monte dos Leitões	1	9
Monte da Vigária	1	5
Monte dos Amados	1	8
Horta dos Amados	1	5
Monte da Sancha (Garcia)	1	2
Monte de Carvalhais (vago)	-	-
Monte de Cabriz	1	3
Monte do Safoeiro	2	10
Monte dos Cordeiros	1	9
Monte da Mourinha	1	3
Monte da Granja e Granjinha	1	3
Monte do Zambujo	1	4
Monte do Pedrãozinho (vago)	-	-
Monte Velho (vago)	-	-
Monte ⁽²⁾ da Aboboreira dos Matos	2	9
TOTAL DAS CILADAS	47	206

(1) É perto de Elvas.

(2) Para evitar dúvidas, explicarei que o termo "herdade" significa o prédio rústico e "monte" a casa do lavrador do mesmo prédio. Este, às vezes, também tem horta separada com a sua moradia.

RECAPITULAÇÃO

	Fogos	Almas
S. Bartolomeu	457	1 558
Matriz	413	1 526
Bencatel	300	1 272
Pardais	115	495
S. Romão	188	854
Ciladas	47	206
Convento das Chagas e Santa Cruz	<u>30</u>	<u>50</u>
TOTAL DO CONCELHO DE VILA VIÇOSA ..	1 550	5 961

OBSERVAÇÕES

Esta estatística é formada à vista dos nomes próprios dos indivíduos que residem no Concelho. Poderá haver alguma omissão nos róis dos Párocos (que não em Bencatel e Pardais), porém nunca exagero.

Não se compreende nela o destacamento de Cavalaria, nem se inscrevem as pessoas que temporariamente ou de passagem habitam entre nós: são recensadas somente as que têm domicilio fixo. Destes mesmos estão fora os domiciliados nos Conventos das Chagas e Santa Cruz cuja população excedia um pouco as 50 pessoas constituindo cerca de 40 fogos, o que tudo pertence à população de S. Bartolomeu.

Nos prédios urbanos ou rurais em que reside um criado, não se conta um fogo, salvo tendo família sua esse criado.

Comparando esta estatística com a de 1876, que dei no anal competente, vê-se uma notável diminuição de fogos e almas na Matriz e nas Ciladas e a razão disso é irem-se desabitando hortas, montes e quintas dos subúrbios da vila e nas Ciladas andarem as herdades anexadas umas a outras em grandes lavouras, dando isso causa a irem-se arruinando os montes por não quererem os lavradores-rendeiros que lá more gente que haja de comer-lhes ou estragar-lhes alguns frutos.

Não se fiem os leitores nas estatísticas do Recenseamento Geral da população mandadas fazer pelo Governo Central com a distinção de presentes e ausentes, o que dá lugar a ser uma pessoa inscrita em duas freguesias e nós sabemos com certeza que os dois recenseamentos gerais, já feitos em 31 de Dezembro de 1863 e dia igual de 1877, têm o defeito de exagero de fogos e

almas. Por isso mesmo não dei no anal de 1877 a soma do mencionado recenseamento. Fáz-lo-ei, porém, aqui para confronto:

Freguesias	Fogos	Varões	Fêmeas	Total
S. Bartolomeu	448	742	935	1 677
Matriz	608	768	764	1 532
Bencatel	299	534	616	1 150
Pardais	108	256	226	482
S. Romão	177	324	366	690
Ciladas	<u>62</u>	<u>207</u>	<u>122</u>	<u>329</u>
TOTAL	1 702			5 860

Aqui são as almas de menos e os fogos de mais; e o erro está principalmente no quadro da Matriz que apresenta o absurdo cômputo de muitos mais fogos do que S. Bartolomeu com muito menor número de almas, incluindo-se aliás nestas o destacamento militar!

Esta minha estatística de 1882 é veracíssima, designando os fogos miudamente por arrabaldes, ruas, e até casais singulares e não designo até os nomes próprios das almas por não me parecer isso de conveniência. Mas podia fazê-lo, se o quisesse, por os ter à vista.

Segundo ela, temos pois:

	Fogos	Almas
Na vila	835	2 866
Termo (incluindo os subúrbios)	<u>715</u>	<u>3 095</u>
TOTAL	1 550	5 961

Estes algarismos provam quanto a vida campestre e trabalhadora ao ar livre é mais conforme à natureza humana, pois ao passo que na vila é representado um fogo ou família, termo médio, por pessoas 3,49, nos subúrbios e freguesias rurais consta cada família de 4,3, o que prova lograrem mais saúde e passarem uma vida mais natural ainda que digam ser menos civilizada.

INDICE
DAS
MATERIAS CONTIDAS NESTE VIGESIMO FASCICULO

CAPITULO CXLII - Crónica do ano de 1880. Estiagem. Uma freira de menos. Fim do sino grande de S. Paulo. Festas da Semana Santa. Aformoseamento da Estacada. Chuvas e frios excessivos na primavera. Obras no adro da Matriz e rua de Nossa Senhora. Desamortização de dois foros. Acontecimento da festa de Santo António da Paz nas Chagas. Colheita de cereais, legumes e uvas. Reunião de notáveis para exporem as necessidades mais urgentes do Concelho. Desordens na festa do Rosário. Pequeno concerto na Matriz pela Direcção das Obras Públicas do Reino. Aforamento de um pedaço de terra do Concelho ao cimo da rua da Freira. Colheita de azeitona e preço do azeite. Lagaretas novas. Nova medição da estrada distrital nº 106. Géneros depreciados. Novas matrizes prediais 7

CAPITULO CXLIII - Crónica do ano de 1881. Temporais. Frustração de outra visita de El-Rei. Novos impostos para o Estado. Questões sobre a arrematação dos pastos dos olivais. Inauguração da estrada distrital nº 106. Manifestações públicas dos regeneradores pela queda do ministério progressista e consequências desta entre nós. Novos temporais. Festejos da semana santa. Princípio de reconciliação entre progressistas e outros melhoramentos da Sociedade Artística. Cometas. Febre aftosa nos gados. Irregularidades da temperatura do estio: suas consequências. Eleição de um Deputado. Situação dos inventários orfanológicos e das causas judiciais. Exacções fiscaes novas do Real de água. Escassez de uva. Reforma da instrução primária. Recrutamento para o exército e a armada. Distribuição do legado de José Honório aos pobres. Obras no Paço Real e suas dependências. Escassíssima colheita de azeitona. Má situação econó

mica da vila. Novas reflexões sobre a liberdade de comércio com os estrangeiros. Preços de comestíveis em 31 de Dezembro. 18

CAPITULO CXLIV - Retrospecto dos tributos lançados neste concelho desde o ano de 1834 até agora 40

CAPITULO CXLV - Crónica do ano de 1882. Visita da Família Real Portuguesa e dos Reis de Espanha. Diminuição do imposto municipal sobre o consumo de vinho. Estiagem. Duas posturas novas. Calvário da Via-Sacra do Carrascal. Arborização deste ano. Festas da semana santa. Festa nova de S. José. Reflexões sobre o empobrecimento da vila e do Reino e notícia da dívida pública de Portugal. Relógio público em Bencatel. Pleito sobre o domínio do Terreiro do Paço. Nova contribuição de 6% adicionais a todos os impostos do Estado, excepto juro. Procissão de Corpo de Deus. Exames de instrução primária. Frutos abundantes no estio. Olheiro das obras municipais. Reparo da torre do Caracena. Conclusão dos primeiros três lanços da estrada distrital. Terreiro ou eirado novo junto aos Capuchos. Festas da Lapa e do Senhor da Piedade e seus bazares. Preço da uva. Contingente de recrutas. Importantes obras na Matríz. Colheita farta de azeitona e preço do azeite 48

CAPITULO CXLVI - Estatística exactíssima dos fogos e almas existentes na vila e seu termo durante a quaresma de 1882 com distinção de freguesias, largos, ruas, arrabaldes, hortas, montes, etc. - Comparação com a estatística do recenseamento general do Reino em 1877 66

O PRÓXIMO FASCÍCULO SAIRÁ EM NOVEMBRO

IMPRESSO POR GRAFICA CALIPOLENSE
VILA VIÇOSA
TIRAGEM 1 500 EXEMPLARES

OUTUBRO 1984

MEMÓRIAS

de

VILA VIÇOSA

É uma extensa monografia e laborada no século XIX pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca cujo manuscrito se encontra arquivado na Biblioteca da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Investigação duma profundidade pouco comum, representa hoje um contributo importante para a divulgação principalmente da História e Etnografia da região.

Dada a extensão da obra cujo original é composto por cinco Tomos de quase mil páginas manuscritas cada, dividir-se-á cada Tomo em cinco volumes. Prevê-se ainda a publicação de outro trabalho do mesmo autor editado em 1894 sob o título "Estudo sobre as Antas e seus congéneres" de que foram impressos somente 200 exemplares.

